



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE DIREITO e RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE DIREITO**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

**DOURADOS - MS
2017**

*Faculdade de Direito e Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande
Dourados*

Rua Quintino Bocaiuva, nº 2100, Jardim da Figueira; Caixa Postal 332; CEP 79.824-
140; Dourados - MS

(67) 3410-2463 - fadir@ufgd.edu.br - www.ufgd.edu.br -

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	05
I.1 HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS(UFGD)	05
I. 1.1 Missão institucional	05
I. 1.2 Estrutura organizacional	07
I. 2. ADMINISTRAÇÃO	08
I. 2.1 Condições de Gestão	09
I. 2.2 Planos de Desenvolvimento	10
I. 2.3 Sistemas de Informação e Comunicação	10
I. 3. ESTRUTURAPEDAGÓGICA	10
I. 3.1. A expansão da UFGD por meio do REUNI	10
I.4. POLÍTICAS DE PESSOAL, DE INCENTIVO E BENEFÍCIOS	11
I.4.1 Plano de Carreira e Incentivos aos Docentes	11
I.4.2 Plano de Carreira e Incentivos ao Pessoal Técnico-Administrativo	12
I.4.3 Programas de Assistência Estudantil	
I.4.4 Áreas de Convivência e Infraestrutura para o Desenvolvimento de Atividades Esportivas, Recreativas e Culturais	12
II. O CURSO DE DIREITO	12
II.1 HISTÓRICO DO CURSO	12
II.2 DA NECESSIDADE SOCIAL DO CURSO DE DIREITO	13
II.3 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	13
II. 3.1 Nome do curso	13
II.3.2 Modalidade	13
II.3.3 Grau acadêmico conferido	13
II.3.4 Modalidade de ensino	13
II.3.5 Regime de matrícula	13
II.3.6 Período de Integralização	13
II.3.7 Carga horária mínima	13
II.3.8 Número de vagas	13

II.3.9	Número de turmas	13
II.3.10	Turno de funcionamento	13
II.3.11	Local de funcionamento	14
II.3.12	Formas de Ingresso	14
II.3.13	Fundamentação legal	14
III.	ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO	14
III.1.	COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO	14
III. 1.1	Titulação do Coordenador do Curso de Direito	15
III. 1.2	Experiência Profissional	15
III. 1.3	Regime de Trabalho	15
III. 1.4	Participação Efetiva da Coordenação do Curso e Representação Docente em Órgãos Colegiados Acadêmicos da IES	15
III. 1.5	Apoio Didático-Pedagógico aos Docentes	15
III. 1.6	Núcleo Docente Estruturante	16
IV.	CONCEPÇÃO DO CURSO	C 16
IV.1	PROPOSTA E CONSTRUÇÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE	16
IV.2	OBJETIVOS DO CURSO & HABILIDADES E COMPETÊNCIAS DOS FORMANDOS	18
IV.3	PERFIL DESEJADO DO EGRESSO	20
IV.4	MATRIZ CURRICULAR	21
IV.5	QUADRO GERAL DA ESTRUTURA CURRICULAR	23
IV.6	RESUMO GERAL DA ESTRUTURA CURRICULAR COM DESCRIÇÃO DA CARGA HORÁRIA NECESSÁRIA PARA A INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	26
IV.7	TABELA DE PRÉ-REQUISITOS	26
IV.8	TABELA DE EQUIVALÊNCIAS	27
V.	EMENTÁRIO	27
V.1	DISCIPLINAS DO EIXO DE FORMAÇÃO COMUM À UNIVERSIDADE	27
V.2	DISCIPLINAS DO EIXO DE FORMAÇÃO COMUM À ÁREA	29
V.3	DISCIPLINAS ESPECÍFICAS DO CURSO	30
V.4	DISCIPLINAS ELETIVAS	51
		60

VII. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO	60
VII.1 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM	60
VII.1.1 Perspectiva Institucional	60
VII.1.2 Sistema de AutoAvaliação do Curso	62
VII.1.3 Atendimento dos discentes e relação docentes e discentes	62
VII.1.4 Participação do corpo discente na avaliação do curso	62
VIII. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO DE GRADUAÇÃO	62
VIII.1 Prática Jurídica (sob a forma de Estágio Supervisionado)	63
VIII.2 Atividades complementares	64
VIII.3 Trabalho de Conclusão de Curso	64
VIII.4 Participação do corpo discente nas atividades acadêmicas	65
IX. CORPO DOCENTE EFETIVO DO CURSO DE DIREITO	65
X. DAS BIBLIOTECAS DA UNIDADE I e II	66
XI. INCORPORAÇÃO DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO	66
XII. CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
ANEXO I.	68

I. INTRODUÇÃO

I.1. HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)

I. 1.1. Missão institucional

A Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), instituída pela Lei nº 11.153, de 29 de julho de 2005, criada por desmembramento do campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em Dourados, é uma instituição de educação superior vinculada ao Ministério da Educação, com personalidade jurídica de direito público, com sede e foro no Município de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul.

Esta instituição pública de ensino superior teve sua origem em 1962, com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Campo Grande, na cidade de Campo Grande, que seria o embrião do ensino superior no sul do então Estado de Mato Grosso.

Em 26 de julho de 1966, pela Lei Estadual nº 2.620, os cursos de Farmácia e Odontologia foram absorvidos com a criação do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande, que reformulou a estrutura anterior, instituiu departamentos e criou o curso de Medicina.

O Governo do Estado de Mato Grosso, em 1967, criou em Corumbá o Instituto Superior de Pedagogia e, em Três Lagoas, o Instituto de Ciências Humanas e Letras, ampliando assim a rede pública estadual de ensino superior. Integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, a Lei Estadual nº 2.947, de 16 de setembro de 1969, criou a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT) e, em 1970, foram criados os Centros Pedagógicos de Aquidauana e Dourados, incorporados à UEMT.

Com a divisão do Estado de Mato Grosso, foi concretizada a federalização da instituição, que passou a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pela Lei Federal nº 6.674, de 5 de julho de 1979.

Com a criação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), os cursos antes existentes no CAMPUS de Dourados quando ele ainda era atrelado à UFMS. Quanto a esses cursos, cabe aqui traçar um breve retrospecto no tocante a cada um deles.

- 1973 – implantou-se o curso de História e o Curso de Letras passou a funcionar como licenciatura plena;
- 1975 – foi criado o curso de Ciências, licenciatura curta;
- 1978 - foi implantado o curso de Agronomia e o curso de Letras passou a oferecer a habilitação de literatura;
- 1979 – foi implantado o curso de Pedagogia que começou a funcionar como

extensão do curso existente em Corumbá oferecendo a habilitação em Administração Escolar;

- 1983 – foi implantado o curso de Geografia com Licenciatura e Bacharelado, o curso de Letras passou a oferecer a habilitação de inglês e o de Pedagogia as habilitações Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau e Supervisão Escolar;
- 1986 – foi criado o curso de Ciências Contábeis e o curso de Pedagogia passou a oferecer a habilitação em Orientação Educacional;
- 1987 – foi implantado o curso de Matemática;
- 1991 – foi implantado o curso de Ciências Biológicas e o curso de Pedagogia passou a oferecer a habilitação Magistério para o Pré-escolar e Séries Iniciais do 1º Grau;
- 1996 – foi implantado o curso de Análise de Sistemas;
- 2000 – foram implantados os cursos de Medicina, Direito e Administração;
- 1994 – foi implantado mestrado em Agronomia;
- 1999 – foi implantado o mestrado em História;
- 2002 – foi implantado o mestrado em Entomologia e Conservação da Biodiversidade;
- 2002 – foi implantado o mestrado em Geografia;
- 2003 – foi implantado o doutorado em Agronomia.

CURSOS A PARTIR DE 2006

- Ciências Sociais
- Engenharia de Alimentos
- Engenharia de Produção
- Gestão Ambiental
- Química Licenciatura e Bacharelado – int.
- Zootecnia
- Licenciatura Indígena

Em 2009, após a implantação do REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) .

CURSOS A PARTIR DE 2009

- . Artes Cênicas
- . Biotecnologia
- . Economia
- . Educação Física
- . Engenharia Agrícola
- . Engenharia de Energia
- . Nutrição
- . Psicologia
- . Relações Internacionais

CURSOS A PARTIR DE 2014

- Licenciatura em Educação do Campo (para início 2º semestre de 2013)
- Engenharia de Aquicultura
- Engenharia Civil
- Engenharia da Computação
- Engenharia Mecânica
- Licenciatura em Física
- Licenciatura em Química - período noturno

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

- Administração Pública
- Pedagogia
- Licenciatura em Computação
- Letras – Língua Portuguesa/ Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS
 - (Adesão ao Projeto Viver sem Limite em 2012 para início 2º semestre de 2013)
- Licenciatura em Física – para 2014

A UFGD encontra-se estruturada em nove FACULDADES que congregam os seguintes cursos:

- FACE (Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia): Administração, Ciências Contábeis e Economia.

- FCA (Faculdade de Ciências Agrárias): Agronomia, Engenharia Agrícola, Engenharia de Aquicultura e Zootecnia.

- FCBA (Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais): Biotecnologia, Ciências Biológicas e Gestão Ambiental.

- FACET (Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologias), Matemática – Licenciatura, Química B/L, Física, Engenharia de Computação e Sistema de Informações.

- FAEN (Faculdade de Engenharia) - Engenharia de Alimentos, Engenharia de Energia, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica, Engenharia Civil

- FCH (Faculdade de Ciências Humanas): Psicologia, Ciências Sociais, Geografia e História.

- FCS (Faculdade de Ciências da Saúde): Medicina e Nutrição.

- FACALE (Faculdade de Comunicação, Artes e Letras): Artes Cênicas e Letras.

- FADIR (Faculdade de Direito): Direito e Relações Internacionais.

- FAED (Faculdade de Educação): Educação Física, Pedagogia.

- FAIND (Faculdade Intercultural Indígena): Licenciatura Indígena Teko Arandu e Licenciatura em Educação do Campo.

- EAD (Faculdade de Educação a Distância): Bacharelado em Administração Pública, Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Computação, Licenciatura em Física, Licenciatura em Letras/Libras.

Sob a referida estrutura dividida em faculdades e seus respectivos cursos, a UFGD tem, por força de seu Estatuto, a seguinte missão institucional:

Ministrar o ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, com o objetivo de produzir conhecimento, de ampliar e aprofundar a formação do ser humano para o exercício profissional, para a reflexão crítica, redução de desigualdades sociais e para a solidariedade entre os povos.

Assim, é com este sentido que o presente projeto pedagógico foi produzido e guiado.

I. 1.2. Estrutura organizacional

A estrutura organizacional da UFGD compreende:

I – Assembleia Universitária, definida como a reunião da comunidade universitária, constituída pelos professores, estudantes e servidores técnico-administrativos da Universidade, com finalidade não deliberativa, convocada pelo Reitor para: (a) conhecer o planejamento acadêmico e administrativo e a avaliação institucional; (b) conhecer as principais ocorrências da vida acadêmica da Universidade, mediante exposição do Reitor e; (c) assistir à entrega de diplomas honoríficos e medalhas de mérito.

II – Conselho Social, órgão consultivo, constitui-se em um espaço de interlocução da sociedade nos assuntos relativos ao desenvolvimento institucional da universidade e às suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Presidido pelo Reitor, será convocado com as seguintes finalidades não deliberativas: (a) conhecer o planejamento das atividades acadêmicas e administrativas da universidade, suas políticas gerenciais, projetos e programas, com vistas à avaliação social de sua efetividade enquanto instituição; (b) acompanhar a execução do Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade e; (c) discutir e indicar demandas da sociedade para a fixação das diretrizes e da política geral da universidade, bem como opinar sobre todos os assuntos que lhe forem submetidos.

III - Administração Central, composta pelos seguintes órgãos deliberativos: (a) Conselho Universitário; Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura; Conselho de Curadores e Reitoria.

IV – Unidades Acadêmicas, também denominadas de Faculdades, responsáveis pelo desenvolvimento das atividades indissociáveis de Ensino, Pesquisa e Extensão.

I. 2. ADMINISTRAÇÃO

A administração central da UFGD é exercida pelo (a) Conselho Universitário (COUNI), organismo superior de função deliberativa, normativa, de planejamento e de julgamento de recursos de natureza administrativa, didático-científica, econômico-financeira e patrimonial; (b) Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC), organismo de supervisão, com atribuições deliberativas, normativas e consultivas sobre atividades didáticas, científicas, culturais, artísticas, de interação com a sociedade e se estruturará em duas instâncias de deliberação: o Plenário e as Câmaras Setoriais; (c) Conselho de Curadores, organismo de fiscalização econômico-financeirada Universidade, cujas composições e competências serão definidas em seu regimento e (d) Reitoria, órgão executivo central que administrará, coordenará, fiscalizará e superintenderá todas as atividades universitárias e será exercida pelo Reitor, nomeado na forma da lei, auxiliado pelo Vice-Reitor e assessorado pelas Pró-Reitorias, Chefia de Gabinete, Procuradoria Federal, Coordenadorias, Assessorias e Órgãos Suplementares e Administrativos.

I. 2.1 Condições de Gestão

Os órgãos previstos no Estatuto da UFGD encontram-se em fase de implantação. As competências estabelecidas deverão ser executadas de acordo com as disposições do Estatuto.

O sistema de administração/gestão tem condições de oferecer suporte necessário aos cursos em funcionamento, assim como aqueles que futuramente serão implantados.

Nos termos do art. 32 do Estatuto da UFGD, para desenvolver e gerir as atividades indissociáveis de Ensino, Pesquisa e Extensão, a Universidade se estruturará em Unidades Acadêmicas, também denominadas Faculdades assim estruturadas: (a) Conselho Diretor, organismo máximo deliberativo e de recurso da unidade acadêmica em matéria acadêmica, administrativa e financeira; (b) Diretoria, órgão executivo central que administra, coordena e superintende todas as atividades da Unidade Acadêmica; (c) Coordenadoria dos Cursos de Graduação, cujas atividades e competências deverão estar definidas no Regimento Geral da Universidade; (d) Coordenadoria dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*; e (e) Departamentos, quando houver a subdivisão permitida no art. 36 e seus parágrafos. Ainda nos termos do Estatuto, se necessário, a Unidade Acadêmica poderá constituir núcleos com atribuições técnicas, científicas ou culturais de

apoio às suas atividades de ensino, pesquisa, cultura e interação com a sociedade, cuja criação e estrutura deverá ser aprovada pelo Conselho Universitário.

A auto avaliação institucional está prevista e, formalmente, organizada por meio da consolidação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) com documentos e instrumentos para viabilizar a sua execução.

I. 2.2 Planos de Desenvolvimento

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFGD foi elaborado sob o contexto de participação de elaboração e aprovação da FADIR, através do estabelecimento de objetivos e metas próprias de avaliação institucional e da Faculdade, espaço físico, qualificação docente, pós-graduação, pesquisa e ampliação do acervo bibliográfico e material pedagógico.

I. 2.3 Sistemas de Informação e Comunicação

A UFGD possui, na sua estrutura, uma Coordenadoria de Informática (COIN) responsável pela produção e elaboração de softwares próprios de controle acadêmico, publicação de notas, acesso ao portal da internet, o que permite maior visibilidade às atividades desenvolvidas pela Faculdade de Direito, bem como torna acessível o contato destas informações com os acadêmicos. Neste sentido, a COIN como uma das coordenadorias da Pró- Reitoria de Administração e Planejamento torna-se um setor estratégico e imprescindível para o cotidiano de todos os cursos da UFGD, e por conseguinte, da interação entre discentes e docentes.

I. 3. ESTRUTURA PEDAGÓGICA

I. 3.1. A expansão da UFGD por meio do REUNI

No início do ano de 2009, a UFGD ampliou as instalações dos novos prédios das Faculdades de Ciências Humanas (FCH), de Educação (FAED), de Ciências Biológicas e Ambientais (FCBA), de Ciências Agrárias (FCA), de Administração, Ciências Contábeis e Economia (FACE), de Ciências Exatas e Tecnologia (FACET) e da piscina olímpica. Ressalte-se que todas essas ampliações foram realizadas na Unidade II, localizada na Cidade Universitária de Dourados.

Estes novos prédios ampliaram a estrutura física para que a UFGD possa abrigar o maior número de alunos, cursos e servidores públicos. E mais: tais medidas são oriundas

das políticas para democratização do acesso ao Ensino Superior e permanência na universidade.

Quanto aos recursos federais, os mesmos foram obtidos com o plano de metas para a implantação da universidade e também com o REUNI para que, segundo o reitor Damião Duque de Farias, a estrutura física acompanhasse o desejo de desenvolver um trabalho no sentido de que cada integrante da UFGD possa se orgulhar em fazer parte da melhor universidade pública do Estado (conforme levantamento apurado pelo IGC – Índice Geral de Cursos/MEC, em 2008).

Em síntese, desde a criação da UFGD, em 2005, já foram construídos na Unidade II: o Auditório de Biotecnologia, o Laboratório de carnes, o Núcleo de Ciências Sociais, o Centro de Documentação e Estudos Regionais, a Central de Informática e Biotério, entre outras obras importantes. Todas, aliás, devem ser compreendidas como estruturas voltadas ao alcance das metas pedagógicas da UFGD que objetivam a solidificação e a manutenção do ensino de excelência.

I.4. POLÍTICAS DE PESSOAL DE INCENTIVO E BENEFÍCIOS

I.4.1 Plano de Carreira e Incentivos aos Docentes

O plano de carreira e de incentivo aos docentes da UFGD obedece aos critérios estabelecidos pelo Governo Federal e pelo Estatuto, conforme disposto nos artigos 64 e 65, *verbis*:

Art. 64. O Corpo Docente da Universidade é constituído por professores que desempenham suas atividades peculiares de acordo com a legislação em vigor e com as Resoluções da universidade.

Art. 65. O ingresso, a nomeação, a posse, o regime de trabalho, a promoção, o acesso, a aposentadoria e a dispensa do docente serão regidos pela legislação disciplinadora da matéria, pelo Regimento Geral da Universidade, pelas disposições do Plano de Carreira e pelas resoluções do Conselho Universitário e do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura.

I.4.2 Plano de Carreira e Incentivos ao Pessoal Técnico-Administrativo

O plano de carreira e de incentivo ao Pessoal Técnico-Administrativo da UFGD obedece aos critérios estabelecidos pelo Governo Federal e pelo Estatuto, conforme disposto nos artigos 67 e 68, *verbis*:

Art. 67. O Corpo Técnico-Administrativo da Universidade será constituído por servidores integrantes do quadro, que exercem atividades de apoio técnico, administrativo e operacional, necessárias ao cumprimento dos objetivos institucionais.

Art. 68. O ingresso, a nomeação, a posse, o regime de trabalho, a promoção, o acesso, a aposentadoria e as dispensas do servidor técnico- administrativo serão regidos pela legislação disciplinadora da matéria, pelo Regimento Geral da Universidade, pelo Plano de Carreira da Universidade e pelas resoluções do Conselho Universitário.

I.4.3 Programas de Assistência Estudantil

A UFGD é uma instituição financiada com recursos públicos e seus serviços oferecidos são gratuitos. Tem, ainda, em implantação, uma política de assistência ao estudante, como previsto no art. 67 do Estatuto, devendo prestar assistência ao corpo discente, sem prejuízo de suas responsabilidades com os demais membros da comunidade universitária, fomentando, entre outras iniciativas: (a) programas de alimentação, alojamento e saúde; (b) promoções de natureza artística, cultural, esportiva e recreativa, (c) programas de bolsas de trabalho, de extensão, de iniciação científica e de monitoria de graduação e de pós-graduação; e (d) orientações psicopedagógica e profissional.

I.4.4 Áreas de Convivência e Infraestrutura para o Desenvolvimento de Atividades Esportivas, Recreativas e Culturais

O campus da UFGD e da UEMS faz parte do projeto “cidade universitária”, estando prevista a construção de áreas de lazer e convivência, moradia, atividades esportivas, recreativas e culturais.

II. O CURSO DE DIREITO

II.1 HISTÓRICO DO CURSO

O Curso de Direito da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) foi criado sob o signo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

O atual Curso de Direito da UFGD reflete a expectativa da comunidade regional que, em pesquisa institucional realizada em 1999, por uma equipe de professores, técnicos

administrativos e alunos, presidida pelo Professor Mário Geraldini, indicou como expectativa da comunidade, por ordem de prioridade, os seguintes cursos: Direito (noturno), Medicina, Psicologia, Odontologia, Administração de Empresas e Rural, Medicina Veterinária, Educação Física, Jornalismo, Arquitetura e Farmácia/Bioquímica.

Alinhados à política de expansão de vagas para os cursos da UFMS, a direção do Campus de Dourados instituiu, através de Instrução de Serviço, uma comissão para promover a elaboração do projeto de implantação do Curso de Direito, o que foi feito e encaminhado para os órgãos superiores da UFMS no início de 1999.

Assim, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE), através da Resolução nº 93, de 28.07.1999; o Conselho Diretor (CD), através da Resolução nº 52, de 28.07.1999 e o COUNI, através da Resolução nº 77, de 21 de dezembro de 1999, pronunciaram-se favoráveis à criação do Curso de Direito, a partir de 1999, na cidade de Dourados.

Os trabalhos realizados pela Comissão serviram de base para a reestruturação e unificação das matrizes curriculares dos cursos de Direito da UFMS e criação e implantação do curso de Direito em Dourados, o que foi feito através de Resolução da Câmara de Ensino.

Com a criação da UFGD e transferência do Curso de Direito para a nova instituição de ensino, faz-se necessária a adequação jurídico-legal e pedagógica do projeto pedagógico desse Curso.

II. 2 DA NECESSIDADE SOCIAL DO CURSO DE DIREITO

A necessidade social do curso foi demonstrada pela pesquisa realizada em meados de 1999, que indicou, em primeiro lugar, o interesse por um curso de Direito em instituição pública no período noturno; e é também identificada pela importância que o Curso de Direito tem para a consolidação da UFGD e da Cidade Universitária de Dourados, pelo regional que necessita de profissionais para compor a estrutura política com as dimensões da cidadania e do interesse público.

II.3 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso: Direito

Grau Acadêmico Conferido: Bacharel em Direito

Modalidade de Ensino: Presencial

Atos Legais de Reconhecimento do Curso: PORTARIA MEC/SERES nº 124, de 09 de julho de 2012 - DOU DE 10/07/2012

Regime de Matrícula: Semestral por Componente Curricular

Tempo para Integralização:

- a) Mínimo UFGD: 10 semestres/ 5 anos
- b) Máximo UFGD: 16 semestres/ 8 anos
- c) Ideal UFGD: **10 semestres/5 anos**

OBS: O discente do curso de Direito tem a possibilidade de integralizar o curso em tempo menor que o tempo de integralização mínimo previsto no PPC e/ou pelo CNE, considerando que a UFGD adota o regime de matrícula semestral por componente curricular, o que permite ao estudante construir seu itinerário formativo de modo a adiantar seus estudos, e a integralizar os componentes curriculares obrigatórios e carga horária mínima do curso em um tempo menor que o ideal do curso ou menor que o tempo mínimo estipulado pelo Conselho Nacional de Educação. Essa possibilidade está prevista no inciso VI do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº2/2007.

Carga Horária: 4.680 horas/ aulas 3900 horas

Número de Vagas:55

Turno De Funcionamento: Noturno, com sábados de manhã e à tarde

Local De Funcionamento: Faculdade de Direito e Relações Internacionais (FADIR) – Rua Quintino Bocaiúva, 2100, Jardim da Figueira, CEP 79824-140, Dourados-MS.

Formas De Ingresso: Processo Seletivo Vestibular; SISU; Transferência de outras IES Nacionais; Mobilidade interna; Transferência Compulsória e Portadores de Diploma de Curso Superior de Graduação, e/ou outros meios adotados pela UFGD.

Fundamentação legal: A fundamentação legal para a elaboração deste Projeto Pedagógico é constituída precipuamente pelas seguintes legislações: Lei nº 9.394 de 20.12.1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional); Parecer CNE/CES nº 8/2007, e Resolução nº 2, de 18/07/2007.

III. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

Nos termos do Estatuto que rege a UFGD, a Faculdade é o órgão responsável pelo desenvolvimento das atividades administrativo-acadêmicas indissociáveis de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito da unidade e está assim estruturada: (a) Conselho Diretor, organismo máximo deliberativo e de recurso da unidade acadêmica em matéria acadêmica, administrativa e financeira;(b) Diretoria, órgão executivo central que administra, coordena e superintende todas as atividades da Unidade Acadêmica; (c) Coordenadoria dos Cursos de Graduação, cujas atividades deverão estar disciplinadas no Regimento Geral da Universidade; (d) Coordenadoria dos programas de pós-graduação; e (e) COES – Comissão de Estágio Supervisionado.

III.1. COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

A coordenação do Curso de Direito está a cargo de um professor com formação específica na área de graduação ou pós-graduação correspondente às finalidades e aos objetivos do curso, preferencialmente com título de doutor ou mestre, conforme determina o artigo 44 do Estatuto da UFGD – abaixo transcritos.

Da Coordenadoria dos Cursos de Graduação

Art. 44. Para cada curso de graduação, com suas habilitações, ênfases e modalidades, haverá uma Coordenação de Curso que será exercida por um Coordenador.

§ 1º O Coordenador de Curso será escolhido, entre os professores que ministram disciplinas no Curso, pelo Conselho Diretor da Unidade Acadêmica que o curso estiver vinculado, e designado pelo Reitor para um mandato de dois anos, permitida a recondução, observado o disposto no § 2º do art.42.

§ 2º. O Coordenador de Curso deverá ser professor com formação específica na área de graduação ou pós-graduação correspondente às finalidades e aos objetivos do curso, preferencialmente com título de doutor ou mestre.

§ 3º. Quando na Unidade Acadêmica existir mais de um curso de graduação e cada um deles estiver vinculado a um determinado departamento, as coordenações serão assumidas pelos Chefes de Departamentos correspondentes.

§ 4º O Regimento Geral da Universidade disciplinará as atividades e competências do Coordenador dos Cursos de Graduação e a forma de designação do substituto eventual.

III. 1.1 Titulação do Coordenador do Curso de Direito

A titulação do coordenador do curso de direito obedecerá ao disposto no Estatuto da UFGD, devendo ter titulação preferencialmente de doutor.

III. 1.2 Experiência Profissional

Dispõe o Estatuto da UFGD que o coordenador de curso será escolhido, dentre os professores que ministram disciplinas no Curso, pelo Conselho Diretor da Unidade Acadêmica que o curso estiver vinculado, devendo seus pares observar, na indicação, competência profissional e experiência.

III. 1.3 Regime de Trabalho

O regime de trabalho adotado na UFGD é, preferencialmente, o regime de Dedicção Exclusiva. Excepcionalmente, adotar-se-á o regime de 20 ou 40 horas.

III. 1.4 Participação Efetiva da Coordenação do Curso e Representação Docente em Órgãos Colegiados Acadêmicos da IES

Nos termos do Estatuto, o coordenador do curso tem participação efetiva na Câmara de Ensino e no Conselho Diretor da Faculdade.

III. 1.5 Apoio Didático-Pedagógico aos Docentes

O apoio didático-pedagógico aos docentes é dado em diferentes níveis: no Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura, através da Câmara de Ensino, e na Faculdade, através do Conselho Diretor.

III. 1.6 Núcleo Docente Estruturante

Atualmente o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito é composto pelos professores Antonio Zeferino da Silva Junior, Arhur Ramos do Nascimento, Alisson H. do Prado Farinelli, Alfa Oumar Diallo, Everton Gomes Correa e Tiago Resende Botelho, que fazem parte da Comissão Permanente de Apoio Pedagógico (CPA) nos da ata formalizada em março de 2016, e posteriormente formalizada via resolução n.º 02 de 2017, concursados para atuar diretamente nas disciplinas profissionalizantes específicas do curso, tendo como objetivo principal trabalhar na concepção do projeto pedagógico e no acompanhamento das ações propostas como necessárias para sua efetivação, tudo de acordo com as diretrizes convencionadas pelo Ministério da Educação e Cultura.

IV. CONCEPÇÃO DO CURSO

IV. 1 PROPOSTA E CONSTRUÇÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE E ALINHAMENTO DAS DIRETRIZES NACIONAIS

O curso que se pretende para a UFGD é um curso que supera antigas dicotomias e desconstrói velhas polaridades, assim, em breves palavras, o curso busca a partir deste projeto pedagógico, à luz da implantação do REUNI, fazer a interação entre teorias e práticas. Ou ainda, fazer com que o discente egresso do curso de Direito da UFGD tenha uma visão mais humanística e menos tecnicista das ciências jurídicas.

Sob essa linha de raciocínio, algumas considerações ilustrativas podem ser tecidas.

Em relação às disciplinas ministradas nos primeiros semestres do curso, a vigência do REUNI motivou-nos a produzir uma matriz curricular que enfatiza conhecimentos transdisciplinares e/ou interdisciplinares, tratam-se de eixos temáticos de livre escolha aos discentes, tais como: “Cidadania, diversidade e direitos humanos”; “Linguagem, lógica e discurso”; “Sociologia Jurídica e Antropologia”; “Teoria do Estado e Ciência Política”; “Economias regionais, arranjos produtivos e mercados”; “Sociedade, meio ambiente e sustentabilidade”; “Território, fronteiras e globalização” e “Educação, sociedade e cidadania”. Assim, paralelamente e em diálogo com tais disciplinas, o aluno cursará aquelas mais específicas e voltadas ao conhecimento jurídico, tais como: Direito Civil I, Direito Civil II, Direito Constitucional I e II.

Desta forma, várias disciplinas dos eixos de formação comum à área, formação básica, formação específica, formação complementar e eletivas da estrutura curricular do curso de Direito que contemplam e complementam as diretrizes acima noticiadas.

Assim, podemos ainda destacar outras matérias obrigatória que contemplam tal perfil de interdisciplinaridade, como ocorre com Direito Ambiental, Direitos Humanos e Fronteiras, Teoria do Estado e Ciência Política, Sociologia Jurídica e Antropologia, podendo ainda mencionar as matérias eletivas que seguem com a mesma proposta, como por exemplo Acesso à Justiça, Direito Agrário, Negociação, Conciliação e Mediação: Judiciais e Extrajudiciais, Direito e Sociedade.

No que diz respeito aos demais semestres, as interações entre prática(s) e teorias (incluindo as advindas das ciências sociais, filosofia, dentre outras) se faz presente. Dentre elas, sublinhamos as relativas ao Estágio e à elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso.

Quanto ao Estágio Obrigatório, há que se destacar a mencionada interdisciplinaridade e o diálogo entre teorias e prática(s) construídos desde o 1º semestre do curso de Direito. Em outras palavras, o estágio não se voltará apenas à prática real de atendimento e assistência à população com dificuldade ao acesso à justiça, mas ao exercício do diálogo entre os projetos de pesquisa e de extensão desenvolvidos pela FADIR, e a capacitação de nossos discentes e docentes para o atendimento de demandas específicas de nosso Estado.

Em relação ao Trabalho de conclusão de curso, outras inovações passam a ser implantadas, visando inserir nossos alunos no universo da pesquisa o mais cedo possível, graças também aos núcleos de pesquisa que compõem a FADIR e que são cadastrados junto ao CNPq e certificados junto à UFGD.

Assim, além da atuação em diferentes projetos de pesquisa, ensino e extensão, coordenados pelo corpo docente, com ou sem fomento, o aluno a partir do 2º semestre cursará a disciplina de Metodologia da Pesquisa voltada às discussões metodológicas que

balizará os trabalhos apresentados ao término do curso (conforme previsão mínima e máxima do CNE).

Além de todo o exposto, e sempre visando a excelência do ensino jurídico, temos também a possibilidade dada aos acadêmicos de se vincularem à estágios não obrigatórios, como ocorre por intermédio do convênio firmado entre UFGD e Poder Judiciário do MS, permitindo que os alunos tenham contato com a realidade jurídica desde o início do curso.

IV. 2 OBJETIVOS DO CURSO & HABILIDADES E COMPETÊNCIAS DOS FORMANDOS

Para a composição dos objetivos do curso e do perfil profissional pretendido para o egresso do curso de Direito da UFGD, são propostas as seguintes metas:

- a) Formação humanística e visão global que o contextualize o aluno no meio social, político e econômico, instigando-o à percepção da diversidade cultural.
- b) Desenvolvimento de práticas de estudos e de reflexões voltadas à compreensão da interação entre ensino, pesquisa e extensão, com vistas ao amadurecimento da autonomia profissional e intelectual.
- c) Capacidade de atuação no âmbito interdisciplinar.
- d) Desenvolvimento de potencialidades, mediante o estudo das diferentes teorias e dos diferentes pensadores.
- e) Capacidade de produção de juízos de valores e interpretações levando em consideração noções como responsabilidade social, senso de justiça e ética profissional.
- f) Aquisição e/ou amadurecimento de conhecimentos técnicos e/ou científicos para atuar nas carreiras jurídicas, desenvolvendo atividades específicas da atividade profissional.
- g) Capacidade de tomada de decisões em um contexto diversificado e interdependente.

Na concepção de curso que aqui está proposta, ser competente é enfrentar os desafios do seu tempo, articulando saberes adquiridos/construídos nas várias áreas do conhecimento, de diversas naturezas, para solucionar com eficiência e sabedoria a pluralidade de situações da vida. Para tanto, foram estabelecidas as competências para o graduando em Direito exigidas à formação do perfil do egresso, nas dimensões da compreensão e da produção crítica do Direito, no quesito da educação continuada, na capacidade de desenvolvimento de formas extrajudiciais de prevenção e solução de

conflitos(individuais e coletivos), e na capacidade de visualizar o direito nas suas complexidades histórica, política e social.

Para atingir o perfil que o curso propõe para os seus formandos, os alunos deverão desenvolver, nos termos do Parecer CNE/CES nº 211/2004 combinado com a Resolução CNE/CES nº 9/2004, as seguintes habilidades e competências:

- a) Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas.
- b) Interpretação e aplicação do Direito.
- c) Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.
- d) Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.
- e) Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito.
- f) Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação e de reflexão crítica.
- g) Julgamento e tomada de decisões.
- h) Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
- i) Compreensão e reflexão críticas quanto à necessidade de interpretar e de aplicar os instrumentos técnicos do Direito no diálogo com os demais conhecimentos teóricos científicos.

Em consonância com as habilidades e competências acima elencadas, o Curso de Direito da UFGD assume como seus objetivos:

- Formar bacharéis em Direito com visão atualizada de mundo e, em particular, com consciência dos problemas locais e nacionais, bem como competência técnico-jurídica para a busca de soluções. Em síntese, bacharéis aptos a se inserirem em setores profissionais com espírito crítico-reflexivo, atuando como operadores e formadores de opinião.
- Formar o profissional com conhecimentos humanísticos, técnico-jurídicos e práticos, indispensáveis à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das realidades e relações sociais nas quais o Direito encontra-se inserido. Em síntese, formar bacharéis aptos à advocacia e também aptos para o exercício de funções públicas, tais como as carreiras da Advocacia de Estado, da Defensoria Pública, do Ministério Público e da Magistratura, além do Magistério Superior e da Pesquisa Jurídica no âmbito acadêmico.
- Formar profissionais para atuar na formulação e na implementação de políticas públicas, inclusive em instituições governamentais que demandem conhecimento dos processos sociais, do funcionamento da estrutura estatal, e de como essa

estrutura pode interagir dinamicamente com a sociedade na execução de projetos que visem o interesse público.

- Formar profissionais para atuação social no Terceiro Setor, prestando assessoria jurídica para Organizações Não-Governamentais (ONGs), fundações, associações civis, cooperativas e movimentos sociais.
- Despertar o senso ético profissional, associando a responsabilidade social com a compreensão da causalidade e finalidade das normas jurídicas, e definindo sempre como meta as razões mais nobres de toda caminhada profissional: o reconhecimento e o respeito das diferenças ou das diversidades em meio à busca pela erradicação das desigualdades sociais.

IV.3 PERFIL DESEJADO DO EGRESSO

Considerando os princípios voltados às habilidades do discente e do egresso do Curso de Direito da UFGD, bem como dos objetivos acima propostos, pretendemos formar um profissional de Direito que demonstre as seguintes características:

- a) Formação integral, humanística, técnico-jurídica e prática, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais.
- b) Capacidade de fazer a síntese dialética entre a teoria e a prática.
- c) Senso ético profissional, agregando responsabilidade social, compreensão da causalidade e da finalidade das normas jurídicas, e visão-de-mundo ampla o bastante para articular tudo isto na busca de uma sociedade melhor, mais integrada e mais inclusiva.
- d) Capacidade de entender os grandes mecanismos que regem o funcionamento da sociedade.
- e) Capacidade de compreender a política e de fazer política, no sentido mais abrangente da palavra.
- f) Formação argumentativa, própria das pessoas que sabem que a linguagem é o cimento das interações sociais, e que a rede de significados que constrói e que é construída na esfera jurídico-política passa pelos níveis do Texto e do Discurso.
- g) Visão histórica e sociológica do ordenamento jurídico.
- h) Capacidade de entender, de interagir, e de operacionalizar a dupla dimensão do saber jurídico, na sua vertente Zetética e na sua vertente Dogmática.
- i) Capacidade de apreensão, transmissão e produção crítica do Direito, aliada ao raciocínio lógico.
- j) Consciência da necessidade de permanente atualização.

- k) Capacidade de equacionar problemas e buscar soluções harmônicas em conformidade com as exigências sociais.
- l) Capacidade de desenvolver formas extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos.
- m) Visão atualizada de mundo e, em particular, consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço.

IV.4. MATRIZ CURRICULAR

Quanto à Matriz Curricular, é necessário explicitar que sua elaboração se encontra baseada nas legislações que seguem abaixo enumeradas, cujos conteúdos espelham as explicações introdutórias:

- 1) *A Resolução nº 09 do Conselho Nacional de Educação (Câmara de Ensino Superior), de 29 de setembro de 2004 (D.O.U. nº 189, de 01.10.2004), institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, bem como, outras providências a estas vinculadas.***
- 2) *A antes mencionada Resolução nº9/2004 consolida o Parecer CNE/CES nº 211/2004, aprovado pelo CNE em 08.07.2004 e homologado pelo Ministro da Educação em 23.09.2004, cujo conteúdo estabelece as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, revogando completamente a Portaria Ministerial nº 1.886, de 30 de dezembro de 1994.***
- 3) *A carga horária total do curso, prevista neste projeto, é de 4.680 horas-aula (50 minutos) ou 3.900 horas-relógio (60 minutos). Este número de horas está em consonância com o Parecer nº 329/2004 CNE/CES do Conselho Nacional de Educação, aprovado em 11 de novembro de 2004, que estabelece para o curso de direito a carga horária mínima de 3.700horas.***
- 4) *Em obediência ao Parecer nº 211/2004 CNE/CES do Conselho Nacional de Educação, consolidado pela Resolução nº 09/2004 CNE/CES, abolimos completamente a expressão “Currículo Mínimo” e sua significação, visto que a idéia de “Currículo Mínimo” é completamente incompatível com o conceito de “Diretrizes Curriculares”. Esta, por sua vez, constitui-se, no presente momento, como o fundamento central no desenho curricular de qualquer curso superior alinhado com os parâmetros e com a filosofia da legislação mais recente (Leis nº 9.131/95, 9.394/96 e 10.172/2001).***

- 5) *Dividimos as disciplinas obrigatórias do curso em 03 (três) grandes grupos, conforme prescreve o art. 5º da Resolução nº 09/2004 CNE/CES: Eixo de Formação Fundamental, Eixo de Formação Profissional e Eixo de Formação Prática. A distribuição das diversas disciplinas nos 03 (três) grupos também se enquadra no modelo estabelecido no art.5º.*
- 6) *Definidos os 3 (três) eixos de formação, abolimos a antiga distinção entre disciplinas obrigatórias e disciplinas complementares obrigatórias, ou seja, as obrigatórias do MEC e as obrigatórias da Instituição. Desta maneira, as disciplinas que seriam “complementares obrigatórias” (na nomenclatura antiga) foram todas incluídas no Eixo de Formação Fundamental. Incluem-se aqui todas as disciplinas e/ou matérias que não são explicitamente mencionadas no art. 5º da Resolução CNE/CES, mas que consideramos como essenciais no contexto do nosso Projeto Pedagógico. A sua inclusão é autorizada genericamente nos 03 (três) incisos do art. 5º.*
- 7) *Na nomenclatura da Resolução CNE/CES nº 09, a antiga matéria “Direito Comercial” é substituída pela nova matéria “Direito Empresarial”. No campo dos estudos processuais também se apresenta uma modificação, visto que as matérias “Direito Processual Civil” e “Direito Processual Penal” são agrupadas na rubrica “Direito Processual”.*
- 8) *No modelo desenhado pela Resolução CNE/CES nº 09, a Monografia Jurídica recebe nova nomenclatura, e passa a chamar-se “Trabalho de Conclusão de Curso”, colocando-se como elemento obrigatório da matriz curricular, na dicção do art. 2º, § 1º, inciso XI, da supramencionada resolução.*
- 9) *Modificamos do regime seriado para o de sistema de matrículas semestral por componente curricular, com a adoção de pré-requisitos, face, em especial, a implementação do REUNI (REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS).*
- 10) *As disciplinas voltadas à implementação dos objetivos do REUNI e que o curso de Direito da FADIR está comprometido a ofertar para os acadêmicos, de forma a possibilitar que o discente possa escolher 2 disciplinas entre as ofertadas. A escolha de oferta volta-se às seguintes disciplinas: Alimentação Saudável: Da produção ao consumo; Análise Ambiental do Meio Antrópico: Social, Cultural e Econômico; Apreciação Artística na Contemporaneidade; Direitos Humanos, Cidadania e Diversidades; Ciência e Cotidiano; Conhecimento e Tecnologias; Corpo, Saúde e Sexualidade; Economias Regionais, Arranjos Produtivos e*

Mercados; Educação, Sociedade e Cidadania; Ética e Paradigmas do Conhecimento; Interculturalidade e Relações Étnico-Raciais; Linguagens, Lógica e Discurso; Sociedade, Meio Ambiente e Sustentabilidade; Sustentabilidade na Produção de Alimentos e Energia; Tecnologias da Informação e Comunicação; Território, Fronteiras e Globalização.

11) Todos os alunos terão que obrigatoriamente cursar um mínimo de 360 horas-aula em disciplinas eletivas ofertadas pela FADIR ou em qualquer outra faculdade da UFGD.

Tecidos estes esclarecimentos, abaixo segue a disposição da matriz curricular do curso de Direito da UFGD, cujo regime é de **SEMESTRAL POR COMPONENTE CURRICULAR** (com previsão de pré-requisitos).

IV.5 QUADRO GERAL DA ESTRUTURA CURRICULAR

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CHT	CHP	CH Total	LOTAÇÃO
COMPONENTES DE FORMAÇÃO COMUM À UNIVERSIDADE				
Eixo de Formação Comum à Universidade	72	-	72	UFGD
Eixo de Formação Comum à Universidade	72	-	72	UFGD
Total			144h	
DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO COMUM À ÁREA				
Direito Constitucional I	72	-	72	FADIR
Direito Internacional Privado	72	-	72	FADIR
Direito Internacional Público	72	-	72	FADIR
Teoria do Estado e Ciência Política	72	-	72	FADIR
Total			288h	
EIXO DE FORMAÇÃO FUNDAMENTAL*				
Criminologia e Teorias da Personalidade	72	-	72	FADIR
Direito Administrativo I	72	-	72	FADIR
Economia Política	72	-	72	FADIR
Filosofia Geral	72	-	72	FCH
Sociologia Jurídica e Antropologia	72	-	72	FADIR
Direito Civil I	72	-	72	FADIR
Ética Profissional I	72	-	72	FADIR
História e Introdução ao Estudo do Direito	72	-	72	FADIR

Teoria da Constituição	72	-	72	FADIR
Metodologia da Pesquisa	72	-	72	FADIR
Eixo de Formação Fundamental – CH TOTAL			720h	
EIXO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL*				
Direito Ambiental	72	-	72	FADIR
Direito Administrativo II	72	-	72	FADIR
Direito Civil II	72	-	72	FADIR
Direito Civil III	72	-	72	FADIR
Direito Civil IV	72	-	72	FADIR
Direito Civil V	72	-	72	FADIR
Direito Civil VI	72	-	72	FADIR
Direito Civil VII	72	-	72	FADIR
Direito Civil VIII	72	-	72	FADIR
Direito Constitucional II	72	-	72	FADIR
Direitos Humanos e Fronteiras	72	-	72	FADIR
Direito do Trabalho I	72	-	72	FADIR
Direito do Trabalho II	72	-	72	FADIR
Direito Empresarial I	72	-	72	FADIR
Direito Empresarial II	72	-	72	FADIR
Direito Penal I	72	-	72	FADIR
Direito Penal II	72	-	72	FADIR
Direito Penal III	72	-	72	FADIR
Direito Penal IV	72	-	72	FADIR
Direito Processual Civil I	72	-	72	FADIR
Direito Processual Civil II	72	-	72	FADIR
Direito Processual Civil III	72	-	72	FADIR
Direito Processual Civil IV	72	-	72	FADIR
Direito Processual Civil V	72	-	72	FADIR
Direito Processual Civil VI	72	-	72	FADIR
Direito Processual do Trabalho	72	-	72	FADIR
Direito Processual Penal I	72	-	72	FADIR
Direito Processual Penal II	72	-	72	FADIR
Direito Processual Penal III	72	-	72	FADIR
Direito Tributário I	72	-	72	FADIR
Direito Tributário II	72	-	72	FADIR
Processo Constitucional	72	-	72	FADIR

EIXO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL – CH TOTAL			2304h	
CARGA HORÁRIA TOTAL			3456h	
DISCIPLINAS ELETIVAS				
Acesso à Justiça	72	-	72	FADIR
Biodireito	72	-	72	FADIR
Cidadania e Movimentos Sociais	72	-	72	FADIR
Direito Agrário	72	-	72	FADIR
Direito da Criança e do Adolescente	72	-	72	FADIR
Direito da Propriedade Intelectual	72	-	72	FADIR
Direito da Seguridade Social	72	-	72	FADIR
Direito das Relações de Consumo	72	-	72	FADIR
Direito e Sociedade	72	-	72	FADIR
Direitos Humanos (Direito dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais)	72	-	72	FADIR
Estágio Curricular Complementar I	-	216	216	FADIR
Estágio Curricular Complementar II	-	144	144	FADIR
Filosofia Jurídica	72	-	72	FADIR
Leitura e Redação de Textos Jurídicos	72	-	72	FADIR
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais	54	18	72	EAD
Medicina Legal	36	-	36	FCS
Negociação, Conciliação e Mediação: Judiciais e Extrajudiciais	72		72	FADIR
Seminários de Pesquisa	72	-	72	FADIR
Temas de Antropologia	72	-	72	FADIR
Tópicos em Legislações Especiais I	72	-	72	FADIR
Tópicos em Legislações Especiais II	72	-	72	FADIR
Tópicos em Legislações Especiais III	72	-	72	FADIR
Tópicos em Legislações Especiais IV	72	-	72	FADIR
Tópicos em Legislações Especiais V	72	-	72	FADIR

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO (REAL E SIMULADO)				
Prática Jurídica Real Sob a Forma de Estágio Supervisionado I	-	144	144	FADIR
Prática Jurídica Real Sob a Forma de Estágio Supervisionado II	-	144	144	FADIR
Prática Jurídica Simulada Sob a Forma de Estágio Supervisionado I	-	72	72	FADIR

Prática Jurídica Simulada Sob a Forma de Estágio Supervisionado II	-	72	72	FADIR
ESTÁGIO C. SUPERVISIONADO CH TOTAL			432H	

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL				
Trabalho de Conclusão de Curso I	72	-	72	FADIR
Trabalho de Conclusão de Curso II	72	-	72	FADIR
ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL CH TOTAL			144H	
ATIVIDADES COMPLEMENTARES				
Atividades Complementares	-	-	288	FADIR

Legenda: CHT – Carga Horária Teórica. CHP – Carga Horária Prática

*Disciplinas específicas do curso.

IV.6 RESUMO GERAL DA ESTRUTURA CURRICULAR COM DESCRIÇÃO DA CARGA HORÁRIA NECESSÁRIA PARA A INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO

COMPONENTE CURRICULAR	CH
EIXO DE FORMAÇÃO COMUM À UNIVERSIDADE	144
EIXO DE FORMAÇÃO COMUM À ÁREA	288
DISCIPLINAS ESPECÍFICAS DO CURSO	
A. Formação Fundamental	720
B. Formação Profissional	2.304
DISCIPLINAS ELETIVAS	360
ATIVIDADES ACADÊMICAS ESPECÍFICAS (C+D+F)	
C. Atividades Complementares	288
D. Estágio Supervisionado	432
E. Trabalho de Conclusão de Curso	144
CARGA HORÁRIA TOTAL em horas-aula (50min)	4.680
CARGA HORÁRIA TOTAL em horas	3.900

IV.7 TABELA DE PRÉ-REQUISITOS

Disciplina	CH	Pré-requisito	CH
Prática Jurídica Real Sob a Forma de Estágio Supervisionado I	144	Prática Jurídica Simulada Sob a Forma de Estágio Supervisionado I	72
		Prática Jurídica Simulada Sob a Forma de Estágio Supervisionado II	72
Prática Jurídica Real Sob a Forma de Estágio Supervisionado II	144	Prática Jurídica Real Sob a Forma de Estágio Supervisionado I	144
Trabalho de Conclusão de Curso II	72	Trabalho de Conclusão de Curso I	72

TABELA DE EQUIVALENCIA

Em vigor até 2008	CH	A partir de 2009	CH
Economia Política	68	Economia Política	72
Teoria do Estado e Ciência Política	68	Teoria do Estado e Ciência Política	72
Criminologia e Teorias da Personalidade	68	Criminologia e Teorias da Personalidade	72
Sociologia Jurídica e Antropologia	68	Sociologia Jurídica e Antropologia	72
História e Introdução ao Estudo do Direito	136	História e Introdução ao Estudo do Direito	72
Filosofia Geral	68	Filosofia Geral	72
Filosofia do Direito, Ética e Moral	68		
Direito Civil A	136	Direito Civil I	72
		Direito Civil II	72
Direito Civil B	136	Direito Civil III	72
		Direito Civil IV	72
Direito Civil C	136	Direito Civil V	72
		Direito Civil VI	72
Direito Civil D	136	Direito Civil VII	72
		Direito Civil VIII	72
Direito Civil E	68	Sem equivalência	72
Direito Constitucional A	136	Direito Constitucional I	72
		Direito Constitucional II	72
Direito Constitucional B	68	Direito Constitucional III	72
Direito Penal A	136	Direito Penal I	72
		Direito Penal II	72
Direito Penal B	68	Direito Penal III	72
Direito Penal C	68	Direito Penal IV	72
Direito Processual Civil A	136	Direito Processual Civil I	72
		Direito Processual Civil II	72
Direito Processual Civil B	136	Direito Processual Civil III	72
		Direito Processual Civil IV	72
Direito Processual Civil C	68	Direito Processual Civil V	72
Metodologia da Pesquisa em Direito	68	Metodologia da Pesquisa	72
Direito Comercial e Empresarial A	68	Direito Empresarial I	72
Direito Comercial e Empresarial B	136	Direito Empresarial II	72
Direito do Trabalho	136	Direito do Trabalho I	72
		Direito do Trabalho II	72
Direito Processual Penal A	68	Direito Processual Penal I	72
Direito Processual Penal B	136	Direito Processual Penal II	72
Prática Jurídica (sob a forma de estágio supervisionado) A	136	Prática Jurídica Simulada (sob a forma de estágio supervisionado) I	72
		Prática Jurídica Simulada (sob a forma de estágio supervisionado) II	72

Prática Jurídica (sob a forma de estágio supervisionado) B	170	Prática Jurídica Real (sob a forma de estágio supervisionado) I	144
		Prática Jurídica Real (sob a forma de estágio supervisionado) II	144
Direito Processual do Trabalho	68	Direito Processual do Trabalho	72
Direito Administrativo	136	Direito Administrativo I	72
		Direito Administrativo II	72
Direito Internacional Público e Privado	136	Direito Internacional Público e Privado	72
Direito Tributário	136	Direito Tributário I	72
		Direito Tributário II	72
Trabalho de Curso	68	Trabalho de Conclusão de Curso I	72
Em vigor até o 1º. semestre de 2010	CH	A partir do 2º. semestre de 2010	CH
Direito Internacional Público e Privado	72	Direito Internacional Público	72

COMPONENTE CURRICULAR	CH	COMPONENTE CURRICULAR	CH
Direito Ambiental (Eletiva)	72	Direito Ambiental (Obrigatória)	72
Direito Constitucional III	72	Processo Constitucional	72

OBS: 1- Excepcionalmente para os estudantes ingressantes até o período 2015-1, inclusive, ficam dispensados de cursar as seguintes disciplinas:

- a) Teoria da Constituição;
- b) Direitos Humanos e Fronteiras;

2-Não obstante a dispensa noticiada no item anterior, é imprescindível que a carga horária total do curso estabelecida pela Estrutura Curricular vigente deverá ser cumprida integralmente por todos os estudantes matriculados, inclusive os mencionados no item anterior.

V. EMENTÁRIO

V.1 DISCIPLINAS DO EIXO DE FORMAÇÃO COMUM À UNIVERSIDADE

Conforme deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura da Universidade Federal da Grande Dourados – CEPEC/UFGD, Resolução n. 14, de 27 de Fevereiro de 2014, publicada no Boletim de Serviço n. 1.554, de 07 de Março de 2014.

Alimentação Saudável: da produção ao consumo. Modelos alimentares: dieta ocidental, dieta mediterrânea, dieta vegetariana, dietas alternativas, guia alimentar; Diretrizes para uma alimentação saudável; Elos da cadeia produtiva: produção, indústria, comércio e consumo; Relação da produção de alimentos e alimentação saudável.

Apreciação Artística na Contemporaneidade. Conceituações de arte; Degustação de obras de arte diversas; Modalidades artísticas; Arte clássica e arte popular; Artes do cotidiano; Engajamento estético, político, ideológico na arte; Valores expressos pela arte.

Ciência e Cotidiano - Poder, discurso, legitimação e divulgação da ciência na contemporaneidade; Princípios científicos básicos no cotidiano; Democratização do acesso à ciência; Ficção científica e representações sobre ciência e cientistas.

Conhecimento e Tecnologias - Diferentes paradigmas do conhecimento e o saber tecnológico; Conhecimento, tecnologia, mercado e soberania; Tecnologia, inovação e propriedade intelectual; Tecnologias e difusão do conhecimento; Tecnologia, trabalho, educação e qualidade de vida.

Corpo, Saúde e Sexualidade. Teorias do corpo; Arte e corpo; Corpo: organismo, mercadoria, objeto e espetáculo; O corpo disciplinado, a sociedade do controle e o trabalho; O corpo libidinal e a sociedade; Corpo, gênero e sexualidade.

Direitos Humanos, Cidadania e Diversidades. Compreensão histórica dos direitos humanos; Multiculturalismo e relativismo cultural; Movimentos sociais e cidadania; Desigualdades e políticas públicas; Democracia e legitimidade do conflito.

Economias Regionais, Arranjos Produtivos e Mercados - Globalização, produção e mercados; Desenvolvimento e desigualdades regionais; Arranjos produtivos e economias regionais; Regionalismo e Integração Econômica.

Educação, Sociedade e Cidadania - Educação na formação das sociedades; Educação, desenvolvimento e cidadania; Políticas públicas e participação social; Políticas afirmativas; Avaliação da educação no Brasil; Educação, diferença e interculturalidade.

Ética e Paradigmas do Conhecimento - Epistemologia e paradigmas do conhecimento; Conhecimento científico e outras formas de conhecimento; Conhecimento, moral e ética; Interface entre ética e ciência; Bioética.

Interculturalidade e Relações Étnico-raciais. Teorias da Etnicidade; Teorias Raciais; Interculturalidade, Diversidade de Saberes e Descolonização dos Saberes; História e Cultura Afrobrasileira em Mato Grosso do Sul; História e Cultura Indígena em Mato Grosso do Sul; Colonialidade e Relações de Poder nas Relações Étnico-raciais; O fenômeno do Preconceito Étnico-racial na Sociedade Brasileira; Políticas Afirmativas e a Sociedade Brasileira.

Linguagens, Lógica e Discurso - Linguagem, mídia e comunicação; Princípios de retórica e argumentação; Noções de lógica; Diversidades e discursos.

Sociedade, Meio Ambiente e Sustentabilidade - Relações entre sociedade, meio ambiente e sustentabilidade; Modelos de Desenvolvimento; Economia e meio ambiente; Políticas públicas e gestão ambiental; Responsabilidade Social e Ambiental; Educação ambiental.

Sustentabilidade na Produção de Alimentos e Energia - Sustentabilidade econômica, social e ambiental; Uso sustentável de recursos naturais e capacidade de suporte dos ecossistemas; Padrões de consumo e impactos da produção de alimentos e energia; Relação de sustentabilidade nos processos e tecnologias de produção de alimentos e energia; Produção Interligada de Alimentos e Energia.

Tecnologia da Informação e Comunicação Redes De comunicação; Mídias digitais; Segurança da informação; Direito digital; E-science (e-ciência); Cloud Computing; Cidades inteligentes; Bioinformática; Elearning; Dimensões sociais, políticas e econômicas da tecnologia da informação e comunicação; Sociedade do conhecimento, cidadania e inclusão digital; Oficinas e atividades práticas.

Território e Fronteiras. Estado, nação, culturas e identidades; Processos de Globalização/ Mundialização, Internacionalização e Multinacionalização; Espaço econômico mundial; Soberania e geopolítica; Territórios e fronteiras nacionais e étnicas; Fronteiras vivas.

V.2 DISCIPLINAS DO EIXO DE FORMAÇÃO COMUM À ÁREA

DIREITO CONSTITUCIONAL I: Redemocratização do Brasil e Constituição Federal de 1988; Preâmbulo; Princípios Fundamentais; Direitos e Garantias Fundamentais; Nacionalidade; Direitos Políticos; Partidos Políticos; Organização do Estado; Da Administração Pública; Organização dos Poderes.

Bibliografia Básica:

BARROSO, Luís Roberto. *Curso de direito constitucional contemporâneo*. SP: Saraiva, 2013.

LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. SP: Saraiva, 2012.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. SP: Malheiros, 2012.

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. *Curso de direito constitucional*. SP: Saraiva, 2005.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. SP: Malheiros, 2008.

CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, PT: Coimbra, 2004.

CARRAZZA, Roque Antônio. *Curso de direito constitucional Tributário*. SP: Malheiros, 2009.

CORREIA, Fernando Alves. *Direito constitucional: a justiça constitucional: programa, conteúdos e métodos de ensino de um curso de mestrado*. Coimbra: Almedina, 2001.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: Conceitos e princípios fundamentais do Direito Internacional Público. A evolução histórica do Direito Internacional Público. Sujeitos de Direito Internacional Público. Fontes do Direito Internacional Público. Organizações internacionais. Responsabilidade internacional do Estado. Jurisdição internacional. Populações e princípio das nacionalidades. Imunidades e Proteção diplomática e consular. Condição jurídica do estrangeiro. Solução de controvérsias. Cooperação jurídica internacional. Direito da Integração Regional.

Bibliografia básica

GUERRA, Sidney. *Curso de direito internacional público*. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2010.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de direito internacional público. 15. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

SEITENFUS, Ricardo; VENTURA, Deisy. Direito internacional público. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

Bibliografia complementar

ACCIOLY, Hildebrando. Manual de Direito Internacional Público. São Paulo: Saraiva, 2002.

GROTIUS, Hugo. O direito da guerra e da paz. Ed. Ijuí, Ijuí, RS: 2005.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Coletânea de direito internacional. São Paulo: 2003.

PEREIRA, Bruno Yepes. Curso de direito internacional publico. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

REZEK, José Francisco. Direito internacional publico: curso elementar. 13. ed. rev., aumen e atual. São Paulo: Saraiva, 2011.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: Noções básicas e histórico. Fontes do Direito Internacional Privado. Elementos de conexão do Direito Internacional Privado. Teoria das Qualificações. Aplicação e Limites do Direito Estrangeiro. Sistema Brasileiro de Direito Internacional Privado. Lei de Introdução ao Direito Brasileiro. Legislação sobre nacionalidade brasileira. Condição jurídica do estrangeiro. Direitos de Família. Adoção Internacional. Direito das Obrigações, Coisas, Sucessões, Comercial, Cambial Internacional, Falências. Direito Processual: conflito de Jurisdição. Cartas Rogatórias. Arbitragem internacional.

Bibliografia básica

AMORIM, Edgar Carlos. Direito Internacional Privado. Forense, 2004.

ARAÚJO, Nádia de. Direito Internacional Privado. Renovar, 2004.

RECHSTEINER, Beat Walter. Direito internacional Privado: teoria e prática. Saraiva, 2004.

Bibliografia complementar

BASTOS, Celso Ribeiro; KISS, Eduardo Amaral Gurgel. Contratos internacionais. São Paulo: Saraiva, 1990.

CASTRO, Almicar de. Direito Internacional Privado. Forense, 1996.

DOLINGER, Jacob. Direito internacional privado : parte geral. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GARCEZ, José Maria Rossani, Curso de direito Internacional Privado, Forense, 2003.

STRENGER, Irineu. Direito internacional privado. 5. ed. São Paulo: LTR, 2003.

TEORIA DO ESTADO E CIÊNCIA POLÍTICA: Quadro conceitual da Ciência Política – poder, governo, Estado e sociedade. Teorias do Estado. Origens e formação do Estado. Elementos constitutivos e funções do Estado. Estado Moderno, Estado contemporâneo. Transformações do Estado – do absolutismo ao constitucionalismo democrático e social. Formas de Estado. Formas de Governo. Sistemas de Governo. Configuração e organização do Estado brasileiro.

Bibliografia básica

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado. 21. São Paulo: Saraiva, 2000.

WEBER, Max; BERLINCK, Manoel. Ciência e política: duas vocações. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2009.

Bibliografia complementar

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Teoria do Estado e Ciência Política. 3. São Paulo: Saraiva, 1995.

BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco; MATTEUCCI, Nicola. Dicionário de política. 7. ed. Brasília, DF: Editora UNB, 1995.

BOBBIO, Norberto. Sociedade e Estado na filosofia política moderna. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

CALMON, Pedro. Curso de teoria geral do estado. 6. Rio de Janeiro. F. Bastos, 1968.
 PINHEIRO, Paulo Sérgio; O'DONNELL, Guillermo; RIVAS, Edelberto Torres;
 CARDOSO, Fernando Henrique. O Estado na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra,
 1977.

V.3 DISCIPLINAS ESPECÍFICAS DO CURSO

CRIMINOLOGIA E TEORIAS DA PERSONALIDADE: Conceitos básicos da criminologia: dimensionamento histórico, epistemológico e político. Paradigma etiológico da criminologia: crime, criminoso e criminalidade como objetos de estudo. Diferentes abordagens teóricas e as contribuições sociológicas e psicológicas (incluindo psicanalítica). Criminologia crítica. Criminalidade, criminalização, vitimação, violência e segurança pública.

Bibliografia básica:

BARATTA, Alessandro (2002). Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal. Introdução à Sociologia do Direito Penal. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Revan. FOUCAULT, Michel (1983). Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão. Petrópolis/RJ:VOZES.

FOUCAULT, Michel (2001a). MICROFÍSICA DO PODER. 16ª Edição. RiodeJaneiro: Graal.

GOFFMAN, Erving (1982). Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

DIREITO ADMINISTRATIVO I: Regime Jurídico Administrativo. Administração Pública Direta e Indireta. Poderes da Administração Pública. Atos Administrativos. Servidores Públicos. Processo administrativo.

Bibliografia básica:

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito administrativo. 16.ed. São Paulo: Saraiva, 2003. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 1993.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 16. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2003, 936p.

Bibliografia complementar:

CARVALHO, Matheus. Manual de Direito Administrativo. 2 ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2015.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2016.

MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. 6. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.

PAULO, Vicente. Alexandrino, Marcelo. Direito Administrativo Descomplicado. 24. ed. São Paulo: Editora Método, 2016.

DIREITO ADMINISTRATIVO II: Licitações e Contratos Administrativos. Restrições do Estado sobre a Propriedade Privada. Concessão e Permissão de Serviços Públicos. Responsabilidade do estado. Controle da administração pública.

Bibliografia básica:

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Curso de direito administrativo. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

LOPES, Mauricio Antônio Ribeiro. Ética e administração pública. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo em evolução. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

MORAES, Alexandre de. Reforma administrativa: Emenda Constitucional n. 19/98. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Bibliografia complementar:

CARVALHO, Matheus. Manual de Direito Administrativo. 2 ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2015.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2016.

MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. 6. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.

PAULO, Vicente. Alexandrino, Marcelo. Direito Administrativo Descomplicado. 24. ed. São Paulo: Editora Método, 2016.

DIREITO AMBIENTAL: Crise ambiental e sociedade de risco; construção histórica da proteção internacional do meio ambiente; Direitos Humanos e o Direito Ambiental Internacional; Direito Constitucional Ambiental; histórico, conceitos e princípios do direito ambiental; Sistema, Política e Instrumentos Nacional do Meio Ambiente; Proteção Jurídica da Biodiversidade; Instrumentos Processuais ambiental; Tutela Civil e Penal; e, Jurisprudência Ambiental.

Bibliografia básica:

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. RJ: Lúmen Júris, 2006.

DERANI, Cristiane. *Direito ambiental econômico*. SP: Saraiva, 2008.

FIORILLO, Celso Pacheco. *Curso de Direito Ambiental*. SP: Saraiva, 2006.

MACHADO, Paulo Affonso Leme Machado. *Direito Ambiental Brasileiro*. SP: Malheiros, 2008.

SILVA, Jose Afonso da. *Direito Ambiental Constitucional*. SP: Malheiros, 2010.

Bibliografia complementar:

AZEVEDO, Plauto Faraco de. *Ecocivilização: ambiente e direito no limiar da vida*. 2. ed. SP: Revista dos Tribunais, 2008.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar – ética humana – compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. *Direito ambiental na sociedade de risco*. RJ: Forense, 2004.

REIGOTA, Marcos. *O que é educação ambiental*. SP: Brasiliense, 2009;

RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Instituições de direito ambiental*. SP: Max Limonad, 2002.

SILVA, José Afonso da. *Direito Ambiental Constitucional*. SP: Malheiros, 1995.

SARLET, Ingo & FENSTERSEIFER, Tiago. *Direito Constitucional Ambiental*. SP: RT, 2014.

DIREITO CIVIL I: Estrutura lógica e conceitual do direito privado (civil, comercial e empresarial). Os ramos do direito privado. A relação jurídica – definição e elementos. Sujeitos e objetos das relações jurídicas de natureza privada. A lei de introdução ao código civil. Introdução e parte geral. As pessoas: pessoa natural e pessoa jurídica. Domicílio. Coisas: noção e classificação. Os bens. Fatos e atos jurídicos. Os planos jurídicos da existência, validade e eficácia. Fatos jurídicos. Atos ilícitos. A teoria geral dos negócios jurídicos. A lesão nos negócios jurídicos. Domicílio civil. Fundamentos da responsabilidade civil extracontratual. Prescrição e decadência. Provas.

Bibliografia básica

DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 1.

GAGLIANO, Pablo Stolze. PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo Curso de Direito Civil. Parte Geral*. 7.º ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro : parte geral - vol. 1. – 6. ed. – São Paulo: Saraiva, 2008.*

Bibliografia complementar

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil: parte geral. – 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.* (Coleção direito civil; v. 1)

AMARAL, Francisco. *Direito Civil: Introdução*. 6. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. COELHO,

Fábio Ulhoa. Curso de direito civil - vol. 1. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. FARIAS, Cristiano Chaves de. Direito civil : teoria geral. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil : introdução ao direito, teoria geral do direito civil. – 21. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2005.

DIREITO CIVIL II: Direito das Obrigações. Teoria geral das obrigações. Fontes e modalidades das obrigações. Conceitos e elementos essenciais da relação obrigacional. Modalidade obrigacionais. Transmissão da obrigação. Extinção e adimplemento da obrigação. Inadimplemento.

Bibliografia básica:

AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria Geral das Obrigações e Responsabilidade Civil. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. 24.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 2.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Direito das Obrigações. 6.^a ed. São Paulo, Saraiva, 2009, v. 2.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Teoria Geral das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos. 8.^a ed. São Paulo: Atlas, 2009. v.2.

Bibliografia complementar:

CHAVES, Cristiano de. ROSENVALD, Nelson. Direito das Obrigações. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 3.^o ed. 2008.

GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo Curso de Direito Civil. 10.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2009.v.2.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Direito Civil. Direito das Obrigações. Vol. II. São Paulo, RT, 2008.

RIZZARDO, Arnaldo. Direito das Obrigações. 4.^aed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

DIREITO CIVIL III: Direito Contratual e Responsabilidade Civil. Teoria geral dos contratos. Obrigação e contrato. Transformação do direito contratual. Princípios gerais do contrato. A constitucionalização das relações contratuais. Revisão judicial do contrato. Do contrato e suas modalidades. Pressupostos e requisitos do contrato. Classificações do contrato. Interpretação do contrato. Formação do contrato. Transmissão do contrato. Extinção do contrato. Efeitos contratuais sobre terceiros. Garantias contratuais. Vícios redibitórios. Evicção. Responsabilidade civil. Teoria geral da responsabilidade civil: responsabilidade subjetiva e objetiva, responsabilidade civil e penal, responsabilidade contratual e extracontratual, ato ilícito, culpa, dano, nexo causal e excludentes da responsabilidade. Responsabilidade por fato de outrem. Responsabilidade pelo fato das coisas e pela guarda ou fato de animais. Responsabilidade profissional (médicos, dentistas, advogados, construtores civis e outros). Responsabilidade civil nos transportes. Sentença criminal e responsabilidade civil. Responsabilidade por dano ambiental. Responsabilidade civil no CDC e dano e reparação.

Bibliografia básica:

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos Unilaterais. 6.^a ed. São Paulo, Saraiva, 2009, v. III.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil. 4.^a ed. São Paulo, Saraiva, 2009, v. IV.

VENOSA, Sílvio de Salvo Venosa. Direito Civil: Responsabilidade Civil. 8.^o ed. São Paulo: Atlas, 2008, volume IV.

VENOSA, Sílvio de Salvo Venosa. Direito Civil: Teoria Geral das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos. 8.^o ed. São Paulo: Atlas, 2008, volume II. **Bibliografia complementar:**

Bibliografia complementar:

CAVALIERE, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. 8^aed.São Paulo: Atlas, 2008.

GAGLIANO, Pablo Stolze. PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil. Responsabilidade Civil. 7.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2009, v. III. GAGLIANO, Pablo Stolze.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil. Contratos Teoria Geral. 5.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2009, v. IV. Tomo I HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes

Novaes. Direito Civil. Direito dos Contratos. Vol. III. São Paulo, RT, 2008.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Direito Civil. Responsabilidade Civil. Vol. V. São Paulo, RT, 2008.

RIZZARDO, Arnaldo. Responsabilidade Civil. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007. RIZZARDO, Arnaldo. Contratos. 6.^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

DIREITO CIVIL IV: Contratos em Espécie. Contratos: de aquisição de bens: compra e venda, compromisso de compra e venda, modalidades especiais de compra em vinda, alienação fiduciária em garantia, permuta e doação; de uso e gozo: locação de coisa, locação predial, comodato e mútuo; de prestação de serviços: empreitada, transporte, turismo; de representação: mandato, comissão, corretagem, agência e distribuição; associativos: sociedade, consórcio, parceria agrícola e parceria pecuária; aleatórios: seguro, plano de saúde e jogo e aposta; de direitos intelectuais: edição, contratos de encomenda, representação dramática, execução música e cessão de direitos autorais; outros: transação, compromisso, depósito, fiança, constituição de renda, arrendamento mercantil, franquia mercantil e dos atos unilaterais de vontade: promessa de recompensa, títulos de crédito, gestão de negócios e enriquecimento sem causa e pagamento indevido.

Bibliografia básica:

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Civil. Volume 3. 3.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Teoria das Obrigações Contratuais e Extracontratuais . Vol. III. 23.^a ed.. São Paulo: Saraiva. 2007.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Contratos e Atos Unilaterais. 3.^o ed. São Paulo: Saraiva, 2007, volume III.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Contratos em Espécie. 6.^aed.. São Paulo: Atlas. 2009.

Bibliografia complementar:

BITTAR, Carlos Alberto. Contratos Civis. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2006.

BITTAR, Carlos Alberto. Contratos Comerciais. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2005.

GAGLIANO, Pablo Stolze. PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil. Contratos em espécie. 2.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2009, v. IV.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: Volume III. Contratos. Declaração Unilateral de Vontade. Responsabilidade Civil. 11. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2003. Atualizador: Regis Fichtner.

DIREITO CIVIL V: Direitos reais I. Conceito, características e a relação jurídica de direito real. A posse. Histórico da posse. Teorias da posse. Natureza da posse. A função social da posse. Classificação da posse. Aquisição da posse. Perda da posse. A transmissão da posse. Efeitos da posse. Ações possessórias. A tutela da posse por outros mecanismos. A propriedade. Histórico da propriedade. A estrutura do direito de propriedade. Limites do direito de propriedade. Função social da propriedade rural. Função social da propriedade urbana. Estatuto da cidade. Plano diretor urbano. Modos de aquisição da propriedade imóvel e móvel.

Bibliografia básica:

DINIZ, MARIA HELENA. Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas. 24.^o ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 4.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas. 3.^o ed. São Paulo: Saraiva, 2008, volume V.

ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves de. Direitos reais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 3.^o ed, 2007.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: direitos reais. 9.^a ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia complementar:

COELHO, Fábio Ulho. Curso de Direito Civil. Volume 4. 2.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GOMES, Orlando. Direitos Reais. – 19. ed. atualizada por Luiz Edson Fachin. – Rio de Janeiro: Forense, 2004.

MELLO, Marco Aurélio Bezerra de. Direito das Coisas. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2007.
RIZZARDO, Arnaldo. Direito das Coisas. Rio de Janeiro: Forense, 3.º ed. 2007.

DIREITO CIVIL VI: Direitos Reais II. Propriedade resolúvel. Propriedade revogável. Propriedade fiduciária. Direitos de vizinhança. Condomínio. Condomínio em plano horizontal. Propriedade literária, científica e artística. Propriedade industrial. Direitos reais sobre coisas alheias: de gozo, de aquisição e de garantia. Superfície. Servidão. Usufruto. Uso. Habitação. Penhor. Hipoteca. Anticrese. Promessa de compra e venda e direito real do promitente comprador.

Bibliografia básica:

ABRÃO, Eliane Yachouh. Direitos de autor e direitos conexos. São Paulo: Editora do Brasil, 2002.

DINIZ, MARIA HELENA. Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas. 24.º ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 4.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas. 3.º ed. São Paulo: Saraiva, 2008, volume V.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: direitos reais. 9.ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia complementar:

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Civil. Volume 4. 2.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GOMES, Orlando. Direitos Reais. – 19. ed. atualizada por Luiz Edson Fachin. – Rio de Janeiro: Forense, 2004.

MELLO, Marco Aurélio Bezerra de. Direito das Coisas. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2007. RIZZARDO, Arnaldo. Direito das Coisas. Rio de Janeiro: Forense, 3.º ed. 2007.

ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves de. Direitos reais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 3.º ed, 2007.

DIREITO CIVIL VII: Família e direito de família. Origem e evolução. Parentesco. Casamento e regime de bens. União estável. Dissolução do casamento e da sociedade conjugal. Filiação. A tutela e a curatela. Alimentos.

Bibliografia Básica:

CAHALI, Yussef Said. Divórcio e Separação. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito de Família. Vol. 5. São Paulo: Saraiva, 2009.

LISBOA, Roberto Senise. Manual de Direito Civil. V. 5. São Paulo: Saraiva, 2009.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. Direito de Família. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar:

CHINELATO E ALMEIDA, Silmara J.A. Tutela Civil do Nascituro. São Paulo: Saraiva, 2000.

PACHECO, José da Silva. Inventário e Partilhas na Sucessão Legítima e Testamentárias. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

CAHALI, Yussef Said. Dos alimentos. São Paulo: RT, 2008.

FACHIN, Luiz Edson. Teoria crítica do direito civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

DIREITO CIVIL VIII: Direito das sucessões: origem e evolução. A abertura da sucessão. Aceitação e renúncia da herança. Herança vacante e herança jacente. Sucessão legítima e sucessão testamentária. Inventário e partilha.

Bibliografia Básica:

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito das Sucessões. Vol. 6. São Paulo: Saraiva, 2009.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil VII. Sucessões. São Paulo: Saraiva, 2008.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). Direito das Sucessões e o novo Código Civil. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. Direito Sucessório. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar:

CAHALI, Yussef Said. Divórcio e Separação. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

CHINELATO E ALMEIDA, Silmara J.A. Tutela Civil do Nascituro. São Paulo: Saraiva,

2000.

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil: Direito das Sucessões. São Paulo: Saraiva, 2003.

PACHECO, José da Silva. Inventário e Partilhas na Sucessão Legítima e Testamentárias. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO: Constitucionalismo, Neoconstitucionalismo e Novo Constitucionalismo Latino Americano; Estado liberal de direito; Estado social de direito; Estado democrático de direito; Constituição: conceito, constitucionalização, classificações, elementos e histórico; As funções básicas da Constituição. Poder constituinte originário, derivado e decorrente; Regras e princípios constitucionais; Revogação, Derrogação e Receptção; Reforma constitucional; Revisão e Emenda constitucional; Mutação Constitucional; Eficácia e aplicabilidade; Histórico e Formação das Constituições no Brasil; Constituinte e Constituição de 1988; e, Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul.

Bibliografia Básica:

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. SP: Malheiros, 2008, São Paulo.

_____. ANDRADE, PAES DE. *Historia constitucional do Brasil*. RJ: Paz e Terra, 1991.

BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora*. SP: Saraiva, 2006.

_____. *O Direito Constitucional e a Efetividade de Suas Normas*. SP: Renovar, 2009.

CANOTILHO, Jose Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da Constituicao*. Coimbra: Almedina, 2003.

FACHIN, Zulmar. *Teoria geral do direito constitucional*. Londrina: UEL, 2006.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional*. RS: Livraria do Advogado, 2011.

MIRANDA, Jorge. *Teoria do estado e da Constituição*. RJ: Forense Universitária, 2009.

FERREIRA FILHO, MANOEL GONCALVES. *Estado de direito e constituição*. SP: Saraiva, 1999.

Bibliografia Complementar:

BARROSO, Luis Roberto. *Interpretação e aplicação da constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora*. SP: Saraiva, 2009.

CAPPELLETTI, Mauro. *O Controle Judicial de Constitucionalidade das Leis no Direito Comparado*, Ed. Sergio Antonio Fabris, 1992.

CLÈVE, Clémerson Merlin. *Atividade Legislativa do Poder Executivo*. RT: São Paulo, 2000.

HESSE, Konrad; MENDES, Gilmar Ferreira. *A força normativa da Constituição*. RS: Sergio Antônio Fabris, 1991.

HESSE, Konrad. *Elementos de direito constitucional da republica Federal da Alemanha*. Porto Alegre: S.A. Fabris, 1998.

SILVA, Jose Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 18. ed. SP: Malheiros, 2000.

DIREITO CONSTITUCIONAL II: Defesa do Estado e das Instituições Democráticas; Tributação e do orçamento; Ordem econômica e Financeira; Ordem social; Assistência Social; Disposições Constitucionais Gerais; e, Atos das Disposições Constitucionais Transitórias;

Bibliografia Básica:

BARROSO, Luís Roberto. *Curso de direito constitucional contemporâneo*. SP: Saraiva, 2013.

_____. *Interpretação e aplicação da constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora*. SP: Saraiva, 2009.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. SP: Malheiros, 2008.

CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, PT: Coimbra, 2004.

_____. *Constituição Dirigente e Vinculação do Legislador*. PT: Coimbra, 1994.

LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. SP: Saraiva, 2012.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. SP: Malheiros

Bibliografia Complementar:

ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. Curso de direito constitucional. SP: Saraiva, 2005.

CARRAZZA, Roque Antônio. *Curso de direito constitucional Tributário*. SP: Malheiros, 2009.

CAPPELLETTI, Mauro. *O Controle Judicial de Constitucionalidade das Leis no Direito Comparado*, Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1992.

CLÈVE, Clémerson Merlin. *Atividade Legislativa do Poder Executivo*. SP: RT, 2000.

CORREIA, Fernando Alves. *Direito constitucional: a justiça constitucional: programa, conteúdos e métodos de ensino de um curso de mestrado*. Coimbra: Almedina, 2001.

HESSE, Konrad; MENDES, Gilmar Ferreira. *A força normativa da Constituição*. RS: Sergio Antônio Fabris, 1991.

HESSE, Konrad. *Elementos de direito constitucional da república Federal da Alemanha*. Porto Alegre: S.A. Fabris, 1998.

MELLO, CELSO A. *Direito constitucional internacional: uma introdução*. RJ: Renovar, 2000

SILVA, Jose Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 18. ed. Sao Paulo: Malheiros, 2000.

PROCESSO CONSTITUCIONAL: Teoria Geral do Processo Constitucional: Acesso e Legitimidade da Justiça Constitucional; Conceito e princípios do Direito Processual Constitucional; Corte Constitucional; Controle da Constitucionalidade e seus instrumentos; Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos; Habeas Corpus; Habeas Data; Direito de Petição; Ação Popular; Ação Civil Pública; Mandado de Segurança: e, Individual e Coletivo; Mandado de Injunção;

Bibliografia Básica:

BARROSO, Luís Roberto. *Curso de direito constitucional contemporâneo*. SP: Saraiva, 2009.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. SP: Malheiros, 2008.

CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina, 2004.

_____. *Constituição Dirigente e Vinculação do Legislador*. Coimbra: Coimbra, 1994.

LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. SP: Saraiva, 2012.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. SP: Malheiros

Bibliografia Complementar:

BRANDÃO, Pedro. *O novo constitucionalismo pluralista Latino-Americano*. SP: Lumen Juris. 2014.

CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina, 2004.

CAPPELLETTI, Mauro. *O Controle Judicial de Constitucionalidade das Leis no Direito Comparado*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1992.

DIREITO DO TRABALHO I: Direitos sociais. Direito do Trabalho: noções propedêuticas e históricas. Definição, autonomia, classificação e fontes. Direito Individual do Trabalho. Empregado e Empregador. Tipos de Empregado e tipos de empregador. Relação de Emprego e relações similares. Contrato de Trabalho. A estabilidade. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Normas gerais de tutela do trabalho: identificação profissional; duração do trabalho; jornada de trabalho; prorrogação da jornada; períodos de descanso; trabalho noturno; salário mínimo; férias; segurança e medicina do trabalho. Normas especiais de tutela do trabalho. Disposições especiais sobre a duração e condições de trabalho. Proteção do trabalho da mulher e do menor. Do contrato individual de trabalho: disposições gerais; salário e remuneração; alteração; adicionais de periculosidade, insalubridade e penosidade. suspensão e interrupção; aviso prévio; rescisão

contratual, homologação, e estabilidade.

Bibliografia básica:

GODINHO, Maurício Delgado. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2009.

MARTINS, Sergio Pinto. Comentários à CLT. São Paulo: Atlas, 2009.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia complementar:

SILVA, Wanise Cabral. As Fases e as Faces do Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2007.

RODRIGUES, Américo Plá. Princípios de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 1993.

DIREITO DO TRABALHO II: Direito coletivo do trabalho. Aspectos gerais. Princípios especiais do direito coletivo do trabalho. Definição e fundamentos das relações coletivas. Formas de composição. Direito Coletivo do Trabalho. Liberdade sindical. Organização sindical. Funções do sindicato. Associações Sindicais. Federações e Confederações. Centrais sindicais. Conflitos coletivos de trabalho e suas formas de solução. Negociação coletiva. Convenção coletiva de trabalho. Justiça do Trabalho. O direito de greve e o lock-out. Perspectivas do Direito Coletivo do Trabalho brasileiro e internacional.. As relações de trabalho e o Mercosul.

Bibliografia básica:

GODINHO, Maurício Delgado. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2009.

MARTINS, Sergio Pinto. Comentários à CLT. São Paulo: Atlas, 2009.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia complementar:

SILVA, Wanise Cabral. As Fases e as Faces do Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2007.

SUSSEKIND, Arnaldo. Direito Constitucional do Trabalho. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

DIREITO EMPRESARIAL I: Normatização da atividade empresarial pelo Código Civil e Legislação complementar. O direito empresarial e o impacto do direito do consumidor. Teoria geral do direito societário. As sociedades empresárias no código civil e legislação complementar.

Bibliografia Básica:

BITTAR, Carlos Alberto. Contratos Comerciais. Forense Universitária, 2003. COELHO,

Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2005. MAMEDE, Gladston. Direito Empresarial Brasileiro. São Paulo: Atlas, 2006.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2005.

Bibliografia Complementar:

GUSMÃO, Mônica. Curso de Direito Empresarial. São Paulo: Lúmen Júris, 2006. OLIVEIRA,

Celso Marcelo de. Tratado de Direito Empresarial Brasileiro. BH:LZN, 2005. YOUNG, Lúcia Helena Briski. Manual Prática de Direito Empresarial. Curitiba: Juruá, 2006.

DIREITO EMPRESARIAL II: Propriedade industrial. Teoria geral dos títulos de crédito. Contratos mercantis. Direito falimentar.

Bibliografia Básica:

CASTRO, Carlos Alberto Farracho de. Fundamentos do Direito Falimentar à luz da lei de Recuperação Judicial e Extrajudicial. Curitiba: Juruá, 2006.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2005.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2005.

Bibliografia Complementar:

LAZZARESCHI NETO, Alfredo Sérgio. Lei das Sociedades por ações. São Paulo: Saraiva, 2008

FRANCO, Alberto Silva. Lições de Direito Penal Falimentar. Revan, 2004. PERIN JUNIOR, Écio. Curso de Direito Falimentar e Recuperação da Empresa. São Paulo: Método, 2006.

TZIRULNIK Luiz. Direito Falimentar. São Paulo: RT, 2006.

DIREITO PENAL I: Conceito de Direito Penal, fontes, Princípios Constitucionais

aplicáveis ao Direito Penal. Norma penal: interpretação, aplicação no tempo e espaço. Do Crime: sujeitos, objeto do delito e qualificação doutrinária. Tipicidade. Antijuridicidade.

Bibliografia básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. Manual de Direito Penal. Vol. 1. Parte Geral. 6.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. Parte Geral. Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2007.

DAMÁSIO, E. de Jesus. Direito Penal, Parte Geral. 1º Volume. Editora Saraiva. São Paulo: 2008.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de Direito Penal. Vol. I, 24ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia complementar:

BARBOSA, Rui. O Dever do Advogado. Carta a Evaristo de Moraes. Rio de Janeiro: AIDE, 2002.

BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e das Penas. São Paulo: EDIPRO, 2003. GARCIA, Basileu. Instituições de Direito Penal. Ed. Max Limonad. São Paulo, 2000. GOMES, Luis Flávio e BIANCHINI, Alice. O Direito Penal na era da Globalização. Série as Ciências Criminais no século XXI. Ed. Revista dos Tribunais. São Paulo, 2002.

DIREITO PENAL II: Da Culpabilidade. Concurso de pessoas. Penas. Extinção da punibilidade.

Bibliografia básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. Manual de Direito Penal. Vol. 2. 4.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. Parte Especial. Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2007.

DAMÁSIO, E. de Jesus. Direito Penal, Parte Especial. 3º Volume. Editora Saraiva. São Paulo: 2007.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de Direito Penal. Vol. II, 23ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Bibliografia complementar:

BARBOSA, Rui. Oração aos Moços - Col. A obra Prima de Cada Autor. São Paulo: MARTIN CLARET, 2002.

BARBOSA, Rui. O Dever do Advogado. Carta a Evaristo de Moraes. Rio de Janeiro: AIDE, 2002.

BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e das Penas. São Paulo: EDIPRO, 2003. MIRABETE, Júlio Fabbrini. Código Penal Interpretado. São Paulo: Atlas, 2007.

DIREITO PENAL III: Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes Contra Dignidade Sexual. Crimes contra a Administração Pública.

Bibliografia básica

BITENCOURT, Cezar Roberto. Manual de Direito Penal. Vol. 3. 4.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. Parte Especial. Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2007.

DAMÁSIO, E. de Jesus. Direito Penal, Parte Especial. 4º Volume. Editora Saraiva. São Paulo: 2007.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de Direito Penal. Vol. II, São Paulo: Atlas, 2005.

Bibliografia complementar

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Código Penal Interpretado. São Paulo: Atlas, 2007. GARCIA, Basileu. Instituições de Direito Penal. Ed. Max Limonad. São Paulo, 2000. GOMES, Luis Flávio e BIANCHINI, Alice. O Direito Penal na era da Globalização. Série as Ciências Criminais no século XXI. Ed. Revista dos Tribunais. São Paulo, 2002.

NORONHA, E. Magalhães. Direito Penal. Ed. Saraiva. São Paulo, 1993.

DIREITO PENAL IV: Crimes Hediondos e Equiparados: Tortura, Tráfico de Drogas e Terrorismo. Crimes de Trânsito. Organização Criminosa. Estatuto Desarmamento. Crimes de Lavagem de Capitais.

Bibliografia Básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Parte Especial. Vol. 3. São Paulo: Saraiva, 2009.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. 4ª ed. Vol. 4. São Paulo: Saraiva, 2008.

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. Parte Especial. Vol. 3. São Paulo: Saraiva, 2009.

JESUS, Damásio E. de. Curso de Direito Penal. Vol. 3 e 4. São Paulo: Saraiva, 2008.

Bibliografia complementar:

BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e das Penas. São Paulo: EDIPRO, 2003. BITENCOURT, Cezar Roberto. Código Penal Comentado. São Paulo: Saraiva, 2007. FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. História da violência nas prisões. São Paulo: Vozes, 2002.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Código Penal Interpretado. São Paulo: Atlas, 2007.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I: Teoria geral do processo. Parte geral do novo código de processo civil. 1. Das normas processuais civis. 2. Da função jurisdicional. 2.1. Da jurisdição e dos equivalentes jurisdicionais. 3. Da ação e suas teorias. 4. Do processo e do procedimento. 4.1. Dos pressupostos processuais. 4.2. Dos sujeitos do processo. 4.3. Do litisconsórcio e da intervenção de terceiros. 5. Do juiz e dos auxiliares da justiça. 6. Do ministério público, da advocacia e da defensoria pública.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Flavio Renato Correia de Almeida; TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso Avançado de Processo Civil: Teoria Geral do Processo e Processo de conhecimento. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. Vol. I. GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo Curso de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2006. Vol. I. GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. 21. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009, v. 1 e 2.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. O Novo Processo Civil Brasileiro. 27. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

Bibliografia Complementar:

BUENO, Cassio Scarpinella. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. II, Tomo I.

CARNEIRO, Athos Gusmão. Intervenção de terceiros. 12. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2000.

DINAMARCO, Candido Rangel. Fundamentos do Processo Civil Moderno. 6. Ed. São Paulo: Malheiros, 2010. Vol. I. Tomo I e II.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo Curso de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2006. Vol. I.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio Cruz. Processo de Conhecimento. 8. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MEDINA, José Miguel Garcia. Processo Civil Moderno: Parte geral e Processo de Conhecimento. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. Vol. I

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil Comentado. 10. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

THEORODO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: Teoria Geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 50. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009, Vol. I.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL II: 1. Dos atos processuais. 2. Dos prazos processuais. 3. Da formação, da suspensão e da extinção do processo. Parte especial do novo código de processo civil. 1. Do processo de conhecimento. 2. Do procedimento comum. 2.1. Da petição inicial. 2.2. Da improcedência liminar do pedido. 2.3. Da audiência de conciliação ou de mediação. 3. Da resposta do réu. 3.1. Da contestação. 3.2. Da reconvenção. 3.3. Da revelia.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Flavio Renato Correia de Almeida; TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso Avançado de Processo Civil: Teoria Geral do Processo e Processo de

conhecimento. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. Vol. I. GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. 21. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009, v. 1 e 2.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. O Novo Processo Civil Brasileiro. 27. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

Bibliografia Complementar:

BUENO, Cassio Scarpinella. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. II, Tomo I.

CARNEIRO, Athos Gusmão. Intervenção de terceiros. 12. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2000.

DINAMARCO, Candido Rangel. Fundamentos do Processo Civil Moderno. 6. Ed. São Paulo: Malheiros, 2010. Vol. I. Tomo I e II.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo Curso de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2006. Vol. I.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio Cruz. Processo de Conhecimento. 8. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MEDINA, José Miguel Garcia. Processo Civil Moderno: Parte geral e Processo de Conhecimento. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. Vol. I

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil Comentado. 10. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL III: Parte especial do novo código de processo civil. 2. Do julgamento conforme o estado do processo. 3. Da audiência de instrução e julgamento. 4. Teoria geral das provas. 4.1. Das provas em espécie. 5. Da sentença. 6. Da coisa julgada. 7. Dos processos nos tribunais e dos meios de impugnação das decisões judiciais. 7.1. Da ordem do processo nos tribunais. 7.2. Do incidente de assunção de competência. 7.3. Do incidente de arguição de inconstitucionalidade.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Flavio Renato Correia de Almeida; TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso Avançado de Processo Civil: Teoria Geral do Processo e Processo de conhecimento. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. Vol. I. GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. 21. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009, v. 1 e 2.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. O Novo Processo Civil Brasileiro. 27. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

Bibliografia Complementar:

BUENO, Cassio Scarpinella. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. II, Tomo I.

CARNEIRO, Athos Gusmão. Intervenção de terceiros. 12. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2000.

DINAMARCO, Candido Rangel. Fundamentos do Processo Civil Moderno. 6. Ed. São Paulo: Malheiros, 2010. Vol. I. Tomo I e II.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio Cruz. Processo de Conhecimento. 8. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil Comentado. 10. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV: 1. Dos processos nos tribunais e dos meios de impugnação das decisões judiciais. 1.1. Da homologação de decisão estrangeira e da concessão do exequatur à carta rogatória. 1.2. Da ação rescisória. 1.3. Do incidente de resolução de demandas repetitivas. 1.4. Da reclamação. 2. Teoria geral dos recursos. 3. Da apelação. 4. Dos agravos. 5. Dos embargos de declaração. 6. Do recurso especial. Do recurso extraordinário.

Bibliografia básica:

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo Curso de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2006. Vol. 2.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio Cruz. Processo de Conhecimento. 8. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

ALMEIDA, Flavio Renato Correia de Almeida; TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso Avançado de Processo Civil: Teoria Geral do Processo e Processo de conhecimento. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. Vol. I. MOREIRA, José Carlos Barbosa. O Novo Processo Civil Brasileiro. 27. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

Bibliografia Complementar:

GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. 21. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009, v. 1 e 2.

MEDINA, José Miguel Garcia; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Processo civil moderno. Recursos e ações autônomas de impugnação. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, v. 2.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil Comentado. 10. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

_____. Teoria Geral dos Recursos. 4. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL V: Da execução civil. 1. Parte geral. 1.1. As vias de execução no processo civil brasileiro. 1.2. Princípios da execução civil. Legitimidade na execução civil. 1.3. Competência na execução civil. 1.4. Responsabilidade patrimonial. 1.5. Títulos executivos judiciais. 1.6. Títulos executivos extrajudiciais. 2. Cumprimento de sentença. 2.1. Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia. 2.2. Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos. 2.3. Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela fazenda pública. 2.4. Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa. 3. Processo de execução. 3.1 diversas espécies de execução. 3.1. Execução para entrega de coisa. 3.2. Execução das obrigações de fazer e não fazer. 3.3. Execução por quantia certa. 4. Execução contra a fazenda pública. 5. Execução de alimentos. 6. Embargos à execução. 7. Da suspensão e da extinção da execução.

Bibliografia básica:

ASSIS, Arakende. Manual da Execução. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Processo de execução e cumprimento da sentença. 26. ed. São Paulo: LEUD, 2009.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio Renato Correia de, TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil. Execução. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, v. 2.

Bibliografia complementar:

BUENO, Cássio Scarpinella de. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil: Tutela jurisdicional executiva. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, vol. 3. DIDIER JR, Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael. Curso de Direito Processual Civil: Execução. Salvador: Podivm, 2009, vol. 5.

FUX, Luiz. O Novo Processo de Execução: O cumprimento de sentença e a execução extrajudicial. Rio de Janeiro: Forense: 2008.

MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de Processo Civil: Execução. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, vol. 3.

MEDINA, José Miguel Garcia. Processo Civil Moderno. Execução. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, vol. 3.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil Comentado. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL VI: 1. Das tutelas provisórias e de urgência. 2. Dos procedimentos especiais previstos no novo código de processo civil. 2.1. Ação de consignação em pagamento. 2.2. Ação de exigir contas. 2.3. Das ações possessórias. 2.4. Da ação de divisão e demarcação de terras particulares. 2.5. Do inventário e partilha. 2.6. Dos embargos de terceiro. 2.7. Da oposição. 2.8. Da habilitação. 2.9. Das ações de família. 2.10.

Da ação monitoria. 3. Dos procedimentos de jurisdição voluntária. 4. Dos procedimentos especiais previstos na legislação extravagantes previsto no novo código de processo civil. 4.1. Mandado de segurança. 4.2. Juizados especiais cíveis da justiça estadual e federal. 4.3. Juizados especiais da fazenda pública. 4.4. Procedimentos processuais da lei do inquilinato. 4.5. Do mandado de segurança. 4.6. Procedimento na lei de alimentos 5. Introdução ao estudo do processo coletivo. Principais ações coletivas.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Flavio Renato Correia de Almeida; TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso Avançado de Processo Civil: Teoria Geral do Processo e Processo de conhecimento. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. Vol. I. GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. 21. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009, v. 1 e2.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. O Novo Processo Civil Brasileiro. 27. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

Bibliografia Complementar:

BUENO, Cassio Scarpinella. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. II, Tomo I.

CARNEIRO, Athos Gusmão. Intervenção de terceiros. 12. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2000.

DINAMARCO, Candido Rangel. Fundamentos do Processo Civil Moderno. 6. Ed. São Paulo: Malheiros, 2010. Vol. I. Tomo I e II.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo Curso de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2006. Vol. I.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio Cruz. Processo de Conhecimento. 8. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MEDINA, José Miguel Garcia. Processo Civil Moderno: Parte geral e Processo de Conhecimento. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. Vol. I

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil Comentado. 10. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: Conceito e princípios fundamentais do direito processual do trabalho. O Código de Processo Civil no Direito Processual do Trabalho. Justiça do trabalho – desenvolvimento histórico e estrutura atual. Organização e competência da Justiça do Trabalho. Processo trabalhista: dissídio individual e dissídio coletivo. Prazos, Audiências e Provas no Processo Trabalhista. Recursos. Execução. Executivos fiscais. Estruturação da justiça do trabalho no direito comparado. Perspectivas do Direito Processual do Trabalho.

Bibliografia básica:

LEITE, Carlos Henrique. Curso de Processo do Trabalho. São Paulo: LTr MARTINS, Sergio Pinto. Curso de Processo do Trabalho. São Paulo: Atlas OLIVEIRA, Francisco Antonio de Oliveira. Manual de Processo do Trabalho. São Paulo: RT

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia complementar:

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. As ações cautelares no processo do trabalho. São Paulo: LTr

MARTINS, Sergio Pinto. Comentários a CLT. São Paulo: Atlas

CARRION, Valentin. Comentários a CLT. São Paulo: Saraiva

OLIVEIRA, Francisco Antonio de Oliveira. Manual de Audiências Trabalhistas. São Paulo: RT

DIREITO PROCESSUAL PENAL I: Conceitos e princípios do direito processual penal. Leis e Processo Penal no Tempo e no Espaço. Inquérito policial. Ação penal. Jurisdição e Competência. Questões e processos incidentes. Prova. Sujeitos do processo.

Bibliografia básica:

BONFIM, Edilson Mougnot. Curso de Processo Penal. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 16ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de processo penal. 11. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia complementar:

MACHADO, Antônio Alberto. Teoria Geral do Processo Penal. São Paulo: Atlas, 2009. BACCARIA, Cesare. Dos Delitos e das Penas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. CARNELUTTI, Francesco. As Misérias do Processo Penal. Rio de Janeiro: Conan, 1995.

DIREITO PROCESSUAL PENAL II: Da Prisão, das Medidas Cautelares e da liberdade provisória. Atos de comunicação processual. Dos atos Processuais e dos Atos Judiciais. Dos Procedimentos: do tribunal do júri, juizados especiais criminais.

Bibliografia básica:

BONFIM, Edilson Mougenot. *Curso de Processo Penal*. São Paulo: Saraiva, 2009. CAPEZ, Fernando. *Curso de Processo Penal*. 16ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. CUNHA, Rogério Sanches e PINTO, Ronaldo Batista. *Processo Penal Doutrina e Prática*. Salvador: Podvim, 2008.

Bibliografia complementar:

MACHADO, Antônio Alberto. Teoria Geral do Processo Penal. São Paulo: Atlas, 2009. MARCÃO, Renato. *Curso de execução penal*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Manual de processo penal*. 11. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DIREITO PROCESSUAL PENAL III: Nulidades. Sistemática recursal no direito processual penal. As questões e os processos incidentes. A execução penal. As jurisdições penais especiais. Tendências contemporâneas do direito processual penal. Modelos estrangeiros de estruturação da ação penal e o seu funcionamento nos outros países.

Bibliografia básica:

BONFIM, Edilson Mougenot. *Curso de Processo Penal*. São Paulo: Saraiva, 2009. CAPEZ, Fernando. *Curso de Processo Penal*. 16ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. CUNHA, Rogério Sanches e PINTO, Ronaldo Batista. *Processo Penal Doutrina e Prática*. Salvador: Podvim, 2008.

Bibliografia complementar:

MACHADO, Antônio Alberto. Teoria Geral do Processo Penal. São Paulo: Atlas, 2009. MARCÃO, Renato. *Curso de execução penal*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Manual de processo penal*. 11. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DIREITO TRIBUTÁRIO I: Atividade financeira do estado. Direito tributário. Fontes do direito tributário. Vigência e aplicação da legislação tributária. Interpretação e integração da legislação tributária. Tributo. Espécies tributárias. Sistema tributário nacional. Competência tributária. Limitações ao poder de tributar.

Bibliografia básica:

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2007. HARADA, Kiyoshi, Direito Financeiro e Tributário. São Paulo: Atlas, 2007. TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. 5. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

Bibliografia complementar:

CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros, 2002. PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito Tributário na Constituição e no STF. 13 ed. Niterói: Impetus, 2007. PAULSEN, Leandro. Direito Tributário: Constituição e Código Tributário à luz da Doutrina e da Jurisprudência. 14 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. ROCHA, João Marcelo. Direito Tributário. 5. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2007.

DIREITO TRIBUTÁRIO II: Obrigação tributária. Fato gerador. Lançamento tributário. Crédito tributário. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário. Impostos federais, estaduais e municipais. Administração tributária. Processo administrativo tributário. Processo judicial tributário. Infrações tributárias.

Bibliografia básica:

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

HARADA, Kiyoshi, Direito Financeiro e Tributário. São Paulo: Atlas, 2007. TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. 5. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

Bibliografia complementar:

CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros, 2002.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito Tributário na Constituição e no STF. 13 ed. Niterói: Impetus, 2007.

PAULSEN, Leandro. Direito Tributário: Constituição e Código Tributário à luz da Doutrina e da Jurisprudência. 14 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. ROCHA, João Marcelo. Direito Tributário. 5. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2007.

DIREITOS HUMANOS E FRONTEIRAS: Direito Natural e Direito Positivo; Trajetória histórica dos Direitos Humanos; Conceitos, Características e Dimensões dos Direitos Humanos; Universalismo, Multiculturalismo e Interculturalidade; Proteção internacional dos direitos humanos no âmbito nacional, regional e universal. Direito dos Refugiados e Direito Humanitário; Reinvenção dos Direitos Humanos; Novos Temas e Novos Atores; Integração Regional e Cooperação Judiciária; e, Desenvolvimento Local e Regional nas Fronteiras.

Bibliografia Básica:

ALEXANDER, Robert. *Teoria dos Direitos Fundamentais*. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. RJ: Paz e Terra.

HOBSBAWM, Eric J. *Globalização, democracia e terrorismo*. SP: Companhia das Letras, 2008.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. RS: Livraria do Advogado, 2006.

_____. *Direitos humanos e democracia*. RJ: Forense Universitária, 2007.

TRINDADE, Antônio Augusto Caçado. *Tratado de direito internacional dos direitos humanos*. RS: Sergio Antônio Fabris, 2003.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. SP: Saraiva, 2007.

Bibliografia Complementar:

ALBUQUERQUE MELO, Celso. *Curso de Direito Internacional Público*. RJ: Renovar, 2004.

BALDI, CESAR AUGUSTO. *Direitos humanos na sociedade cosmopolita*. RJ: Renovar, 2004.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. RJ: Campus, 1992.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos Direitos Humanos*. SP: Saraiva.

_____. *Rumo à justiça*. SP: Saraiva, 2010.

DALLARI, DALMO DE ABREU. *Direitos humanos e cidadania*. SP: Moderna, 2009

LAFER, Celso. *A reconstrução dos Direitos Humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. SP: Companhia das Letras, 2010.

_____. *A internacionalização dos direitos humanos: constituição, racismo e relações internacionais*. Barueri, SP: Manole, 2005.

HERNANDEZ, Matheus de Carvalho. *A Conferência de Viena e a internacionalização dos direitos humanos*. Curitiba: Juruá, 2014.

HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. RJ: Paz e Terra, 1981
 SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. RS: Livraria do Advogado, 2007.

SOARES, Mário Lúcio Quintão. *Direitos Fundamentais e Direito Comunitário: por uma metódica de Direitos Fundamentais aplicada às normas comunitárias*. BH: Del Rey.

TORRES, Ricardo Lobo (org.); MELLO, Celso de Albuquerque; AMARAL, Gustavo; et al. *Teoria dos Direitos Fundamentais*. RJ: Renovar, 2012.

ECONOMIA POLÍTICA: Economia e economia política. Conceitos básicos da teoria econômica. Visão panorâmica da macroeconomia e da microeconomia. Raízes e postulados das propostas clássica, neoclássica, Marxista e Keynesiana. Estado contemporâneo, globalização e economia nacional. Desenvolvimento econômico e papel do direito. A importância das instituições para a solidez da economia. Análise econômica do direito. Tendências contemporâneas em economia política.

Bibliografia Básica:

FARIA, José Eduardo. *Direito e economia na democratização brasileira*. São Paulo: Malheiros, 1993.

LACERDA, Antônio Corrêa de. *Economia Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2003.

ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à Economia*. São Paulo: Atlas, 2003.

WONNACOTT, Paul. *Introdução à Economia*. São Paulo: Makron Books, 1998.

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. *Manual de Economia*. São Paulo: Saraiva, 2003.

DORNBUSCH, Rudiger. *Introdução à Economia*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1999.

GOMES, Álvaro Edauto da Silva. *Introdução à Economia*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

ÉTICA PROFISSIONAL I: Noções fundamentais sobre ética. Ética no mundo contemporâneo. Ética e direito. Profissões jurídicas e seus campos de atuação. Ética no âmbito das diversas profissões jurídicas. O advogado. Estatuto da OAB. Código de ética e disciplina.

Bibliografia básica:

NALINI, José Renato. *Ética Geral e Profissional*. 5ª ed. São Paulo: RT, 2006. 524p.

SANCHEZ, VAZQUEZ, Adolfo. *Ética*. 24 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. *Curso de Ética Jurídica*. 3ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

Bibliografia complementar:

CARDELLA, Haroldo Paranhos. *Manual de Ética Profissional do advogado*. Campinas: Millennium, 2005

COMPARATO, Fábio Konder. *Ética, Direito, Moral e Religião no Mundo Moderno*. São Paulo: Companhia de Letras, 2006.

KORTE, Gustavo. *Iniciação a Ética*. São Paulo: Juarez Oliveira.

MATOS, Marcela. *Seu Futuro em Direito. (Descubra as 25 especialidades mais promissoras para você; Advogados bem sucedidos revelam os fatores decisivos para o sucesso; Como se preparar para os melhores estágios, concursos e pós-graduações)* São Paulo: Fundamento Educacional, 2004.

NALINI, Renato. *Ética e Justiça*. São Paulo: Oliveira Mendes.

SINGER, Peter. *Ética Prática*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

VALLS, Álvaro. L. M. *O que é Ética*. São Paulo: Brasiliense.

WOLKMER, Antônio Carlos. *Síntese de uma História das Idéias Jurídicas. Da antiguidade Clássica a Modernidade*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

FILOSOFIA GERAL: A filosofia na Grécia antiga. Os Pré-Socráticos. Sócrates, Platão e Aristóteles. A filosofia medieval. A escolástica – Santo Tomás de Aquino e os demais filósofos católicos medievais. Guilherme de Ockham. Descartes. A filosofia empirista. O iluminismo – Hobbes, Locke, Montesquieu e Rousseau. O pensamento de Kant. Hegel e a dialética. Marx e o socialismo científico. Schopenhauer, Kierkegaard e Nietzsche. A fenomenologia. O existencialismo. A escola de Frankfurt. Wittgenstein e a filosofia

analítica. Os autores pós-modernos e as questões contemporâneas.

Bibliografia básica:

BOÉCIO. A consolação da filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KANT, Immanuel. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Lisboa: Ed. 70, 2001.

NIETZSCHE, F. Além do bem e do mal. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

NIETZSCHE, F. Genealogia da moral. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. PLATÃO.

Apologia de Sócrates. São Paulo: Abril Cultural, 1990. (Os

Pensadores).

PLATÃO. A República (Livro VII). Várias edições.

Bibliografia complementar:

CHAUÍ, M. Introdução à história da filosofia. V.1. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. CHAUÍ, M. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1995.

FORNAZARI, S. K. Sobre o suposto autor da autobiografia de Nietzsche. São Paulo: Discurso, Ijuí: EDUNIJUÍ, 2004.

GIACOIA Jr., O. Nietzsche. São Paulo: Publifolha, 2000 (Folha explica). KANT, Immanuel. Textos seletos. Petrópolis: Vozes, 2005.

HISTÓRIA E INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO: Ciência e História. História do Direito: Direito Primitivo. Direito Antigo. Direito oriental e asiático. Direito Grego. Direito Romano. Direito Medieval (Direito Feudal e dogmática canônica). Direito Moderno. Direito Contemporâneo. Introdução aos grandes sistemas jurídicos contemporâneos. História e Instituições Jurídicas: Estado, Família Estrutura Familiar, Trabalho. História do Direito Brasileiro: Brasil Colonial, Brasil Imperial, Brasil Republicano. Conceito de direito. Definição e elementos do fenômeno jurídico. Direito e moral. Direito natural e direito positivo. Direito, equidade e justiça. Direito objetivo e direito subjetivo. Direito público e direito privado. Fontes do direito. Princípios gerais do direito. Norma jurídica. Validade, vigência, eficácia e vigor. Da norma ao ordenamento jurídico: unidade, coerência e completude do ordenamento jurídico. Tutela da relação jurídica. Tendências contemporâneas do direito.

Bibliografia básica:

DAVID, René. *Os Grandes Sistemas do Direito Contemporâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998;

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 3 Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FONSECA, Roberto Piragibe da; FONSECA, Maria Guadalupe Piragibeda. *Introdução ao estudo do Direito: breviário de principiologia jurídica*. 5 Ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1975.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. *Manual de introdução ao estudo do direito: com exercícios para sala de aula e lição de casa*. 6 Ed. São Paulo: Saraiva, 2006. WOLKMER, Antonio Carlos (org.) et al. *Fundamentos de história do direito*. 2 Ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

_____. *História do direito no Brasil*. 3 Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

Bibliografia complementar:

AGUIAR, R. A.R. de. *O que é Justiça: uma abordagem dialética*. 4 ed. São Paulo: Alga-Omega, 1999;

ARAÚJO PINTO, Cristiano Paixão. *Modernidade, Tempo e Direito*. Belo Horizonte. Del Rey, 2002;

BOBBIO, Norberto. *O Positivismo Jurídico*. São Paulo: Atlas, 1995;

DINIZ, Maria Helena. *Compêndio da Introdução à Ciência do Direito*. São Paulo: Saraiva, 2001;

FRANCO MONTORO, A. *Introdução à Ciência do Direito*. 24 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000;

GUSMAO, Paulo Dourado de. *Introdução ao estudo do direito*. 28 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

TELLES JUNIOR, GOFFREDO. *Iniciação à ciência do direito*. São Paulo: Saraiva, 2001; REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*. 23 ed. São Paulo: Saraiva, 2001; REALE, Miguel.

Estudos de Filosofia do Direito. São Paulo: Saraiva, 1978.

METODOLOGIA DA PESQUISA: Pesquisa científica. Pesquisa em direito: características, espécies e métodos. Monografia: sua relevância. Projeto de pesquisa. Como elaborar um projeto de pesquisa. Seleção do tema. Delimitação do temas especificação. Justificativa. Definição do problema. A contextualização do problema. A hipótese. Os objetivos. Teoria de base. Revisão de literatura. Levantamento de dados. Registro de informações. Metodologia. Métodos e técnicas de pesquisa. Relatórios de pesquisa e de extensão e suas especificidades. Normatização dos trabalhos(ABNT).

Bibliografia Básica:

AGUILLAR, F.H. Metodologia da Ciência do Direito. São Paulo: Max Limonad, 2003. BARUFFI, Helder. Metodologia da pesquisa. 4. ed. Dourados: Hbedit, 2004.
GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. (Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.
MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica para o Curso de Direito. São Paulo: Atlas, 2004.

Bibliografia Complementar:

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2003.
NUNES, Rizzatto. Manual de Monografia Jurídica: como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese. São Paulo: Saraiva, 2002.
LEITE, Eduardo de Oliveira. Monografia Jurídica. 7. ed. São Paulo: RT, 2007. ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 2002.

PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA SOB A FORMA DE ESTÁGIO

SUPERVISIONADO I: Elaboração de petições e recursos. Comparecimento e acompanhamento de audiências. Elaboração de estrutura de desenvolvimento de audiências envolvendo processo de conhecimento (procedimentos ordinários).

Bibliografia básica:

PALAIA, Nelson. Técnica da petição inicial. São Paulo: Saraiva. PALAIA, Nelson. Técnica de contestação. 6. ed. São Paulo: Saraiva LUZ, Valdemar P. Manual do Advogado. 17^a.ed. Florianópolis: OAB/SC

Bibliografia complementar:

AFFONSO, Luiz Sérgio e ALTEMANI, Nelson. Roteiro Prático das Ações. SP: Saraiva.
ALVES, Magela. Manual Prático do Advogado. SP: Editora Forense.
FIUSA, Ricardo, e outros. Novo Código Civil Comentado. São Paulo: Saraiva. NERY JR Nelson e NERY, Rosa Maria Andrade. Código de Processo Civil Comentado e Legislação Civil Extravagante.
LEGISLAÇÃO: Constituição Federal; Código Civil Brasileiro; Código de Processo Civil; Código do Consumidor; Estatuto da Advocacia.

PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA SOB A FORMA DE ESTÁGIO

SUPERVISIONADO II: Estudo com acompanhamento da fase de debates e julgamento. Exame das teses apresentadas nas alegações finais e nos recursos dos processos acompanhados nas audiências. Visitas a cartórios e secretarias. Pesquisas de jurisprudência. Atividades desenvolvidas sob a forma simulada.

Bibliografia Básica:

LUZ, Valdemar P. Manual do Advogado. 17.ed. Florianópolis: OAB/SC, 2001. CASTRO FILHO, José Olympio de. Prática Forense. Rio de Janeiro: Forense, 2001. MILHOMENS, Jônatas; ALVES, Geraldo Magela. Manual prático do advogado. 19.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Prática de Processo Penal. 20.ed. rev.e atual. São Paulo: Saraiva, 1998.

Bibliografia Complementar:

ABREU, Pedro Manoel e BRANDÃO, Paulo de Tarso. Juizados Especiais Cíveis e Criminais, Florianópolis: Obra Jurídica. (s.d)

- BASTOS JR., Edmundo José. Código Penal em Exemplos Práticos. Florianópolis: Ed. Terceiro Milênio.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Parte Geral. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- CAPEZ Fernando; COLNAGO, Rodrigo Henrique. Prática Forense Penal. São Paulo: Saraiva, 2004.
- CURY, Munir, MARÇURA, Jurandir & GARRIDO DE PAULA, Paulo Afonso. Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado. São Paulo: RT. (s.d)
- GOMES, GRINOVER, SCARANCE & MAGALHÃES. Juizados Especiais Criminais. São Paulo: RT. (s.d)
- LIBERATI, Wilson Donizeti. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. IBPS.
- SALLES JR. Romeu de Almeida. Código Penal Interpretado. São Paulo: Saraiva. (s.d)
- ZAFFARONI, Eugênio Raul. PIERANGELLI, José Henrique. Manual de direito penal. 5.ed. rev. e atual. São Paulo: RT, 2004.

PRÁTICA JURÍDICA REAL SOB A FORMA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I: Elaboração de estrutura de desenvolvimento de audiências envolvendo diversos tipos de processo. Estudo com acompanhamento da fase de debates e julgamento. Elaboração de petições e recursos.

Bibliografia básica:

- ALVES, Léo da Silva. *Prática do processo disciplinar*. Brasília: Brasília Jurídica, 2001. LUZ, Valdemar P. *Manual do Advogado*. 17 ed. Florianópolis: OAB/SC. MEIRELLES, Hely Lopes. *Mandado de segurança*. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
- _____. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Malheiros.

Bibliografia complementar:

- BITENCOURT, Sidney. *Pregão Eletrônico: A mais moderna modalidade de licitação*. 2 ed. Rio de Janeiro: Temas e Idéias, 2005.
- COSTA, Nelson Nery. *Processo Administrativo e suas espécies*. 4 ed. São Paulo: Forense, 2005.
- CRETELLA JÚNIOR, José. *Prática do Processo Administrativo*. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.
- JUSTEN FILHO, Marçal. *Pregão: Comentários à legislação do pregão comum e eletrônico*. 4 ed. São Paulo: Dialética, 2005.
- _____. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 11 ed. São Paulo: Dialética, 2006.
- FIGUEIREDO, Lúcia Valle. *Processo administrativo tributário e previdenciário*. São Paulo: Max Limonad, 2001.
- FIGUEIREDO, Lúcia Valle (Coord.). *Comentários à Lei Federal do Processo Administrativo*. Belo Horizonte: Fórum, 2004.
- GASPARINI, Diógenes. *Direito Administrativo*. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- GUIMARÃES, Francisco Xavier da Silva. *Regime Disciplinar do Servidor Público Civil da União*. 2 ed. São Paulo: Forense, 2006.
- MARINS, James. *Direito Processual Tributário Brasileiro: Administrativo e Judicial*. 4 ed. São Paulo: Dialética, 2005.
- MEDAUAR, Odete. *Direito Administrativo Moderno*. 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 21 ed. São Paulo: Malheiros, 2006.
- _____. *Discricionariedade e controle jurisdicional*. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2006.
- NEDER, Marcos Vinícius; LOPES, Maria Tereza Martinez. *Processo Administrativo Fiscal Federal Comentado*. 2 ed. São Paulo: Dialética, 2004.
- PORTO, Ederson Garin. *Manual da Execução Fiscal*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.
- SIMÕES, Mônica Martins Toscano. *O Processo administrativo e a invalidação de atos viciados*. São Paulo: Malheiros, 2004.

PRÁTICA JURÍDICA REAL SOB A FORMA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO II: Exame das teses apresentadas nas alegações finais e recursos dos processos acompanhados nas audiências. Acompanhamento de audiências criminais. Relatórios de audiências. Visitas a cartórios e secretarias. Pesquisas de jurisprudência. Redação de uma exposição de idéia, com desenvolvimento e conclusão; apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso. Atividades desenvolvidas sob a forma simulada e/ou real.

Bibliografia básica:

BULOS, Uadi Lammego. Constituição Federal Anotada. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
CASELLA, José Erasmo. Manual de Prática Forense. São Paulo: Saraiva, 2008. CÓDIGO de Processo Civil e Constituição Federal Tradicional. 38.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

Bibliografia complementar:

CÓDIGO de Proteção de Defesa do Consumidor. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 2008. Coleção Saraiva de Legislação.
CÓDIGO de Trânsito Brasileiro. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2007. Coleção Saraiva de Legislação.
ESTATUTO da Advocacia e OAB. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
ESTATUTO da Cidade. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
ESTATUTO da Terra. 20.ed. São Paulo: 2006. Coleção Saraiva de Legislação

SOCIOLOGIA JURÍDICA E ANTROPOLOGIA: Fundamentos e distinções teórico-metodológicas entre sociologia e antropologia. Autores clássicos Marx, Durkheim, Weber e Mauss. Noções do conceito de pessoa, sociedade, natureza e cultura. A sociologia e antropologia e a emergência de direitos no campo jurídico. Correntes contemporâneas do pensamento sociológico e antropológicos. Multiculturalismo, diversidade e pluralismo jurídico.

Bibliografia básica:

BOAS, Franz (2005). Antropologia cultural. 2ª edição. Rio de Janeiro: J. Zahar. GEERTZ, Clifford (1978). Por uma teoria interpretativa da cultura. *In: A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
MAUSS, Marcel (2003). *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify. (O ensaio sobre a dádiva).

Bibliografia Complementar:

MALINOWSKI, Bronislaw (1978 [1922]). *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Editora Abril.
OLIVEIRA, Paulo de Salles (1998). Metodologias das ciências humanas. São Paulo: Editora HUCITEC.
QUINTANEIRO, Tânia et al (2007). Um toque de clássicos. MARX, DURKHEIM e WEBER. 2ª edição revista e ampliada. Belo Horizonte: UFMG.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I: Agregação de conhecimento sistematizado sobre um assunto específico, mediante a execução de um projeto de pesquisa dentro das normas de metodologia científica.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II: Elaboração de um trabalho científico sobre tema relevante do conhecimento jurídico, seja de natureza dogmática ou zetéica.

Bibliografia Básica:

CERVO, Amado Luiz. BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1996. MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
FERREIRA SOBRINHO, José Wilson. Pesquisa em Direito e redação de monografia jurídica. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1997.

Bibliografia Complementar:

- BITTAR, Eduardo C.B. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de Direito. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003, 240p.
- CAMILLO, Carlos Eduardo Nicoletti. FERRON, Fabiana. Monografia jurídica: uma abordagem didática. Belo Horizonte: Del Rey, 2001, 70p.
- MONTEIRO, Geraldo Tadeu M. SAVEDRA, Mônica Maria G. Metodologia da pesquisa jurídica: manual para elaboração e apresentação de monografias. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, 175p.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico: 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002, 335p.

V.4 DISCIPLINAS ELETIVAS

ACESSO À JUSTIÇA: Discussões acerca das definições, tipos e limites do acesso à justiça. Estado democrático de direito e o acesso à justiça. Formas de resolução de conflitos. Formalismo e informalismo. A via administrativa como acesso à justiça. Acesso à justiça, movimentos sociais e sujeitos de direito coletivos. Acesso à justiça em um contexto comparado: a experiência em outros países.

Bibliografia básica:

- CAOVILLA, Maria Aparecida Lucca. Acesso à Justiça e Cidadania. Santa Catarina: Argos, 2006.
- CASTILHO, Ricardo. Acesso à Justiça: tutela coletiva de direitos pelo Ministério Público: Uma nova visão, São Paulo: Atlas, 2006.
- CAPPELLETTI, Mauro. Acesso à Justiça. Tradução Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.
- SADEK, Maria Tereza et al. Acesso à Justiça. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

Bibliografia complementar:

- DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do processo. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.
- GRINOVER, Ada Pellegrini. et al. Teoria Geral do Processo. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 1994.
- PAZÓ, Cristina Grobério. A mediação na prevenção e solução de conflitos locatícios. *Panóptica*, Vitória, ano 1, n. 8, maio – jun., 2007, p. 298-350. Disponível em: <<http://www.panoptica.org>>.
- SERPA, Maria de Nazareth. Teoria e Prática da mediação de conflitos. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 1999.
- SICA, Leonardo. Justiça Restaurativa e Mediação Penal. O Novo Modelo de Justiça Criminal e de Gestão do Crime. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

BIODIREITO: Direito e bioética. Princípios, surgimento e conceitos de biodireito. Cultura, homem, sociedade e natureza. Novas tecnologias reprodutivas. Reprodução assistida. Aborto e eutanásia. Transplante de órgãos e tecidos. Produtos transgênicos. Clonagem de plantas e animais. Patrimônio genético. Regulamentação jurídica no campo do biodireito. Direito e biodiversidade.

Bibliografia básica

- CONTI, Matilde Carone Slaibi. Biodireito: A Norma da Vida. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- DINIZ, Maria Helena. O Estado Atual do Biodireito. São Paulo: Saraiva, 2006. SÁ, Maria de Fátima Freire de & NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. (coord) Bioética, Biodireito e Código Civil de 2002. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
- SAUWERI, Regina Fiusaetalli. O Direito in Vitro: da Bioética ao Biodireito. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

Bibliografia complementar

BARBOZA, Heloisa Helena & BARRETO, Vicente de Paula. Do Biodireito e Bioética. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

BRAUNER, Maria Claudia Crespo. Direito, Sexualidade e Reprodução Humana: Conquistas Médicas e o Debate Bioético. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

DIAFÉRIA, Adriana. Clonagem Aspectos Jurídicos e Bioéticos. São Paulo: EDIPRO, 2004.

FERRAZ, Sérgio. Manipulações Biológicas e Princípios Constitucionais. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2003.

ROCHA, Júlio César de Sá da. Direito da Saúde: Direito Sanitário na Perspectiva dos Interesses Difusos e Coletivos. São Paulo: LTr, 1999.

CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: Emergência e discussões acerca do conceito de cidadania. A cidadania em ação no mundo contemporâneo. Movimentos sociais, grupos de pressão, partidos políticos e organizações sociais como meios de exercício da cidadania. Teorias dos movimentos sociais. Movimentos sociais na América Latina. Movimentos sociais no Brasil. Novos movimentos sociais. Questões contemporâneas acerca dos movimentos sociais: globalização, neo-liberalismo, redes internacionais de movimentos sociais.

Bibliografia básica:

GOHN, Maria da Glória (2003). Os sem-terra, ONGs e Cidadania. 3ª edição. São Paulo: Cortez.

SCHERER-WARREN, Ilse (1987). Movimentos sociais. Um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: Editora da UFSC.

_____ (2005). Redes de movimentos sociais. 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola.

DIREITO AGRÁRIO: A questão agrária – histórico. Evolução do direito agrário. Terras devolutas, conceito e aproveitamento. Aforamentos. Sesmarias. Faixa de fronteira. A reforma agrária – conceito e desenvolvimento da idéia na história do Brasil. Legislação brasileira. INCRA. Conceito de imóvel rural. Módulo rural. Latifúndio, empresa rural, e minifúndio. A situação do parceleiro. Propriedade privada da terra – função social. Os planos de reforma agrária. Zoneamento e cadastro. Tributação da terra. Colonização. Contratos agrários – arrendamento, parceria e contratos atípicos. Estatuto do trabalhador rural. Estatuto da terra. Cooperativas. Áreas prioritárias. Justiça e processos agrários. Direito comparado.

Bibliografia básica:

GODOY, Luciano de Souza; *Direito Agrário Constitucional*. 2ed., São Paulo: Atlas, 1999; REZEK, Gustavo Elias Kallás; *Imóvel Agrário*. 1ª ed., Curitiba, Juruá, 2007;

SCAFF, Fernando Campos; *Aspectos Fundamentais da Empresa Agrária*. 1ª ed., Malheiros, 1997;

_____ *Teoria Geral do Estabelecimento Agrário*. 1ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2001.

Bibliografia complementar:

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; *Atividade Agrária e Proteção Ambiental: Simbiose Possível*. 1ª ed., São Paulo, Cultural Paulista, 1997; ALMEIDA, Paulo Guilherme; *Aspectos Jurídicos da Reforma Agrária no Brasil*. 1ª ed., São Paulo, LTR, 1990;

BORGES, Paulo Torminn; *Institutos Básicos de Direito Agrário*. 6ª ed., São Paulo, Saraiva, 1991;

GISCHCOW, Emílio Alberto Maya; *Princípios de Direito Agrário*. 1ª ed., São Paulo, Saraiva, 1988.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: Conceitos e princípios básicos do direito da criança e do adolescente. Proteção integral. Direitos fundamentais. Menoridade e responsabilidade penal. Política de atendimento. Atos infracionais. Medidas sócio-educativas. Justiça da infância e da juventude. Ministério público e advogado. Procedimentos. Crimes e infrações administrativas. Prevenção da delinquência juvenil. Adoção e guarda.

Bibliografia básica:

CURY, Munir. *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado*. São Paulo: Malheiros, 2008.

ELIAS, Roberto João. *Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente: (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990)*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. *Curso de Direito da Criança e do Adolescente – Aspectos Teóricos e Práticos*. São Paulo: Lúmen Júris, 2008. LIBERATI, Wilson Donizeti. *Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Malheiros, 2008.

DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL: Definições básicas do direito da propriedade intelectual. Obras intelectuais. Direitos do autor – direitos morais e direitos patrimoniais. Limitações ao direito do autor. Violações ao direito do autor. Direitos conexos. Domínio público. O direito do inventor e a sua proteção legal. Atividade inventiva. Invenção, modelo de utilidade e desenho industrial. Invenções não-suscetíveis de privilégio. Invenções relacionadas a alimentos e remédios. Patentes – conceito e procedimentos para obtenção. Marcas – conceito, classificação e registro. Crimes contra a propriedade intelectual. Engenharia genética. Patrimônio genético. Programas de computador.

Bibliografia básica:

ABRÃO, Eliane Y. *Direitos de Autor e Direitos Conexos*, Editorado Brasil S/A, SP 2002. ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito Autoral*. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

BARBOSA, Antonio Luiz Figueira. *Sobre a propriedade do trabalho intelectual: uma perspectiva crítica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de Direito Comercial*. São Paulo: Saraiva, 2005.

Bibliografia complementar:

BARBOSA, Denis Borges. *Uma Introdução à Propriedade Intelectual*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

BARCELLOS, Milton Lucídio Leão. *O sistema internacional de patentes*. São Paulo, IOB Thomson, 2004.

MAMEDE, Gladston. *Direito Empresarial Brasileiro*. São Paulo: Atlas, 2006. VARELLA, Marcelo Dias. *Propriedade intelectual de setores emergentes: biotecnologia, fármacos e informática: de acordo com a Lei nº 9,279, de 14-5- 1996*. São Paulo: Atlas S/A, 1996.

DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL: Conceitos e princípios fundantes do direito da seguridade social no Brasil. Previdência social – histórico, evolução, estrutura e formação jurídica. Custeio e benefícios. Os beneficiários do sistema de previdência. Prestações. Repercussões no contrato de trabalho. Acidentes do trabalho. Segurança e medicina do trabalho. A viabilidade econômica do sistema previdenciário brasileiro. A reforma da previdência no âmbito da constituição e da legislação ordinária – as iniciativas do governo federal. A estruturação do sistema previdenciário nos outros países.

Bibliografia básica:

BALERA, Wagner. *Curso de direito previdenciário*. São Paulo: LTr. CASTRO, Carlos A. Pereira de; LAZZARI, João Batista. *Manual de Direito Previdenciário*. 7ª ed: LTR, 2005.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; CORREIA, Érica Paula Barcha. Curso de direito da seguridade social. 2. ed., São Paulo: Saraiva. 2002. **Bibliografia complementar:**
 GONÇALVES, Odonel Urbano. Manual de direito previdenciário. 10. ed., São Paulo: Atlas. 2002.
 KERTZMAN, Ivan. Curso de Direito Previdenciário. 3ª ed., Salvador: Edições Podivm. 2006.
 MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da seguridade social: custeio da seguridade social, benefícios, acidente de trabalho, assistência social, saúde. 14. ed., São Paulo: Atlas, 2000.

DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO: Histórico e conceitos básicos do direito do consumidor. O código de defesa do consumidor, elaboração, alterações e regulamento. Consumidor. Fornecedor. Conceito de produto e de serviços. A política nacional de relações de consumo. O sistema de execução da política nacional de relações de consumo. Direitos básicos do consumidor. Deveres dos fornecedores. Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Responsabilidade por vício do produto e do serviço. Práticas comerciais abusivas. Proteção contratual. Sanções administrativas. Crimes contra as relações de consumo.

Bibliografia Básica:

BENJAMIN, Antonio-Herman Vasconcellos. Manual de Direito do Consumidor. São Paulo: RT, 2008.
 DONATO, Maria Antonieta Zanardo. Proteção ao consumidor: conceito e extensão. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.
 GARCIA, Leonardo de Medeiros. Direito do consumidor: Código comentado e jurisprudência. São Paulo: Impetus, 2008.
 SODRÉ, Marcelo Gomes. Formação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. São Paulo: RT, 2008.

Bibliografia Complementar:

CENEVIVA, Walter. Publicidade e direito do consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.
 MARQUES, Claudia Lima (coord). Revista de Direito do Consumidor. São Paulo: RT, 2008.
 NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. Curso de direito do consumidor: com exercícios. 3. ed. rev., modif. e atual. - São Paulo: Saraiva, 2008.
 SILVA, Marcus Vinicius Fernandes Andrade da. Direito do consumidor e a publicidade. São Paulo: MP, 2008.

DIREITO E SOCIEDADE: Direito e sociedade. Direitos humanos. Direitos socioculturais. Modernidade, pós-colonialismo e globalização. Direito internacional convenções e tratados. Sujeitos coletivos de direito. Os movimentos sociais e o direito. Políticas de reconhecimento e redistribuição e seu diálogo com o direito.

Bibliografia básica:

WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. 12ª Reimpresión. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.
 BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
 SOUZA, Jessé (org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: UnB, 2001.

DIREITOS HUMANOS (DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS): Povos indígenas, comunidades tradicionais e o direito no Brasil. Normas constitucionais e infraconstitucionais que regulamentam o tema.

Direitos humanos, normas de direito internacional e direito comparado. Terras indígenas: procedimento e o papel de diferentes atores na regularização fundiária. Direitos especiais: acesso diferenciado à previdência, educação e saúde. Conhecimentos tradicionais e proteção ao patrimônio intelectual e genético. Discussões acerca do pluralismo jurídico.

Bibliografia básica:

CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. Tratado de Direito Internacional de Direitos Humanos. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1997.
 COMPARATO, Fábio Konder. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008
 PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 10ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
 _____. Temas de Direitos Humanos. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia complementar:

DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo: Moderna, 2005.
 RECH, Daniel (org.). Direitos Humanos no Brasil: diagnósticos e perspectivas. Rio de Janeiro: CERIS/MAUAD, 2007.
 PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e Justiça Internacional. São Paulo: Saraiva, 2005.

ESTÁGIO CURRICULAR COMPLEMENTAR I: Possibilitar a aquisição de habilidades e competências para produzir e difundir o conhecimento jurídico, bem como possibilitar inserção no mercado de trabalho.

ESTÁGIO CURRICULAR COMPLEMENTAR II: Possibilitar a aquisição de habilidades e competências para produzir e difundir o conhecimento jurídico, bem como possibilitar inserção no mercado de trabalho.

FILOSOFIA JURÍDICA: Ligação entre filosofia e filosofia do direito. Contexto histórico da filosofia do direito. Filosofia do direito como teoria da justiça, como ética e como epistemologia jurídica. Pensamento clássico e pensamento crítico no âmbito da filosofia do direito. Direito e complexidade. Autores contemporâneos e tendências atuais da filosofia do direito. Filosofia moral. Ética profissional. Código de Ética da ordem dos advogados do Brasil.

Bibliografia básica:

CRETTELAJÚNIOR, José. *Curso de filosofia do direito*. Rio de Janeiro: Forense, 2002. REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.
 SOARES, Orlando. *Filosofia geral e filosofia do direito*. Rio de Janeiro: Forense, 2003. VIEIRA, Tereza Rodrigues. *Bioética e direito*. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2003. **Bibliografia complementar:**
 BITTAR, Eduardo C B; ALMEIDA, Guilherme Assis de. *Curso de filosofia do direito*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
 BITTAR, Eduardo C B. Teorias sobre a justiça. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000. CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. 11. ed. São Paulo: Ática, 1999.
 GUERRA FILHO, Willis Santiago. A filosofia do direito aplicada ao direito processual e à teoria da constituição. São Paulo: Atlas, 2003.
 PACZKOWSKI, Homar. *Norma fundamental única e teoria do direito de Kelsen*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2002.
 WEFFORT, Francisco. *Os clássicos da política*. 14. ed. São Paulo: Ática, 2006.

LEITURA E REDAÇÃO DE TEXTOS JURÍDICOS: Noções básicas delinguística textual. Noções básicas de análise do discurso. Diferença entre texto e

discurso. Características centrais dos principais tipos de texto jurídico: o texto jurisprudencial, o texto dos juízes (despachos e sentenças), o texto da lei, o texto dos tratados internacionais, o texto dos contratos, o texto doutrinário, o texto da teoria do direito. Estratégias para leitura eficiente e compreensão adequada dos textos jurídicos. Técnicas de planejamento e elaboração dos textos jurídicos.

Bibliografia Básica:

BITTAR, Eduardo C. B. Linguagem jurídica. São Paulo: Saraiva, 2008. CAMPOS, José de Queiroz. Como elaborar a lei: técnica de redação e linguagem. Rio de Janeiro: Verbete, 1972.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Direito, retórica e comunicação. São Paulo: Saraiva, 1973.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Função social da dogmática jurídica. SP:RT, 1978.

Bibliografia Complementar:

BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. Curso de Filosofia do Direito. São Paulo: Atlas, 2005.

LARENZ, Karl. Metodologia da ciência do direito. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1989.

MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do direito. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1984.

PERELMAN, Chäim. Lógica jurídica. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: Análise dos princípios e leis que enfatizam a inclusão de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais nos cursos de formação docente. Apresentação das novas investigações teóricas acerca do bilinguismo, identidades e culturas surdas. As especificidades da construção da linguagem, leitura e produção textual dos educandos surdos. Os princípios básicos da língua de sinais. O processo de construção da leitura e escrita de sinais e produção literária em LIBRAS.

Bibliografia básica:

FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myr na. LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Livro do Professor. 4. ed. Rio de Janeiro: LIBRAS, 2005.

PIMENTA, Nelson. Coleção Aprendendo LSB. Rio de Janeiro: Regional, vol. I, II, III e IV, 2000.

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Lingüísticos. Porto Alegre: Editor a Artmed, 2004.

Bibliografia complementar:

FERNANDES, Eulália (Org.). Surdez e Bilingüismo. Porto Alegre: Mediação, 2005. LANE, Harlan. A Máscara da Benevolência. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

MOURA, Maria Cecília de. O surdo, caminhos para uma nova Identidade . Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

MEDICINA LEGAL: A medicina legal e a sua inserção no contexto das atividades da perícia forense e da polícia técnica. A medicina legal nos âmbitos civil e criminal. Documentos médico-legais. Traumatologia forense – conceito, classificação e importância jurídica. Laudo de exame de lesão corporal. Laudo de exame cadavérico. Laudo de exame de conjunção carnal. Laudo de exame de atentado ao pudor. Laudo de aborto. Laudo de exame psiquiátrico. Laudo de exame de embriaguez alcoólica. Laudo de exame de investigação de paternidade. Laudo de insalubridade, acidente de trabalho, indenização, responsabilidade médica e outros do âmbito penal e civil.

Bibliografia básica:

CROCE, Delton. Manual de Medicina Legal. São Paulo: Saraiva, 1995. FRANÇA, Genival. Medicina Legal. 6ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2001.

_____, Comentários ao Código de Ética Médica. 1ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1994.

_____, Direito Médico. 6ª ed. São Paulo: Fundação Byk, 1994.

Bibliografia Complementar:

GOMES, J.C.M.; França, G.V. e Drumond, JGF - Erro Médico, 3ª ed. Montes Claros:

Unimontes, 2001.

MORAIS, I. N. Erro Médico e a Lei, 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. PESSOA, João. Noções de Jurisprudência Médica: Editora Universitária, 1982.

_____, *Flagrantes médico-legais (I, II, III e IV)*, Editora Universitária, 1995.

RESOLUÇÕES

NORMATIVAS DOS CFM e CRMs.

NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO: JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS: Conceitos e Princípios da Conciliação, Mediação e da Arbitragem. Aspectos Sociais, econômicos e políticos da negociação e da mediação. Relações interpessoais e inter-organizacionais. Negociação como atividade cotidiana do operador jurídico. Táticas e estratégias de negociação. Habilidades de relacionamento e tecnologia da negociação. Mediação, jurisdição e jurisconstrução. Mediação, conciliação e transação. O papel ético do mediador.

Bibliografia Básica:

ABREU, Pedro Manoel. *Processo e democracia: o processo jurisdicional como um locus da democracia participativa e da cidadania inclusiva no estado democrático de direito*. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

BARRAL, W. *A arbitragem e seus mitos*. Florianópolis: OAB/SC, 2000

BRAGA NETO, Adolfo; SAMPAIO, Lia Regina Castaldi. *O que é mediação de conflitos*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CAHALI, Francisco José. *Curso de Arbitragem*. 4a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014

FISHER, Roger. Ury, William. *Como chegar ao sim*. 3a ed. Rio de Janeiro: Solomon Editores: 2014.

CALMON Filho, Petrônio. *Fundamentos da Mediação e da Conciliação*. São Paulo: Ed. Forense, 2007.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Tradução Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

GRINOVER, Ada Pellegrini; LAGRASTA NETO, Caetano; WATANABE, Kazuo (coordenadores). *Mediação e Gerenciamento do Processo – Revolução na Prestação Jurisdicional*. São Paulo: Ed. Atlas, 2007-a.

_____. *Os fundamentos da justiça conciliativa*. *Revista de Arbitragem e Mediação*. RArb 14. p. 116-21. 2007-b.

SALES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antonio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da Silva. *Negociação, Mediação e Arbitragem*. São Paulo. Ed. método. Gen, 2013.

SIX, Jean-François. *Dinâmica e mediação*, tradução de Águida Arruda Barbosa, Eliana Riberti Nazareth e Giselle Groeninga, Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

TAVARES, Fernanda Horta. *Mediação e Conciliação*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. *Mediação de conflitos e práticas restaurativas*. São Paulo: Método, 2008.

WARAT, Luis Alberto. *O ofício do mediador*. Florianópolis: Habitus, 2001.

Bibliografia Complementar:

ALEIXO, José Carlos Brandi. *A mediação na solução de conflitos internacionais*. *Revista Forense*, n. 352. Rio de Janeiro: Forense, 2001. BACELLAR, Roberto Portugal. *A mediação no contexto dos modelos consensuais de resolução de conflitos*. *Revista de Processo*, n. 95. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

BARBOSA, Aguida Arruda. *Mediação e princípio da solidariedade humana*. In: PEREIRA, Rodrigues da Cunha (Org.). *Família e solidariedade: teoria e prática do Direito de Família*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2008.

BASÍLIO, Ana Tereza Palhares. *Mediação: relevante instrumento de pacificação social*. *Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais*, v. 20, p. 309, abr. 2003.

CACHAPUZ, Rozane da Rosa. *Arbitragem: alguns aspectos do processo e do procedimento na lei n.9307/96*. São Paulo: Ed. de Direito, 2000.

CAETANO, Luiz Antunes. *Arbitragem e mediação: rudimentos*. São Paulo: Atlas, 2002.

- CAHALI, Claudia Elisabete Schwerz. *O gerenciamento de processos judiciais*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.
- CAMPILONGO, Celso Fernandes. Acesso à Justiça e formas alternativas de resolução de conflitos: serviços legais em São Bernardo do Campo. *Revista Forense*, n. 315. Rio de Janeiro: Forense, 1992.
- CAPPELLETTI, Mauro. Os métodos alternativos de solução de conflitos no quadro do movimento universal de acesso à justiça. *Revista Forense*, n. 326. Rio de Janeiro: Forense, 1994.
- CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem internacional. *Revista Forense*, n. 329. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- _____. Arbitragem e processo: um comentário à lei 9307/96. São Paulo: Atlas, 2004.
- GAJARDONI, Fernando da Fonseca; ROMANO, Michel Betenjane; LAGRASTA LUCHIARI, Valeria Ferioli. O gerenciamento do processo. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; HOWARD, Raiffa. *Arte e ciência da negociação*. Editora Alegro.
- WATANABE, Kazuo; LAGRASTA NETO, Caetano (Coords). *Mediação e gerenciamento do processo*. São Paulo: Atlas, 2007.
- WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janet Helmick; JACKSON, Don D. *Teoria de la comunicacion humana*. Barcelona : Herder, 1983.

SEMINÁRIOS DE PESQUISA: Assuntos relevantes voltados à reflexão aprofundada para a elaboração do trabalho científico ou de pesquisa.

Bibliografia Básica:

- BITTAR, Eduardo C. B. Metodologia da pesquisa jurídica. São Paulo: Saraiva, 2001.
- LEITE, Eduardo de Oliveira. Monografia Jurídica. 7. ed. São Paulo: RT, 2007.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2003.
- NUNES, Rizzatto. Manual de Monografia Jurídica: como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese. São Paulo: Saraiva, 2002.

Bibliografia Complementar:

- AGUILLAR, F. H. Metodologia da Ciência do Direito. São Paulo: Max Limonad, 2003.
- BARUFFI, Helder. Metodologia da pesquisa. 4. ed. Dourados: Hbedit, 2004.
- GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. (Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.
- MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica para o Curso de Direito. São Paulo: Atlas, 2004.

TEMAS DE ANTROPOLOGIA: Antropologia enquanto ciência, fundamentos teóricos e metodológicos. História da antropologia e suas diferentes escolas. A comparação em antropologia. Sociedades simples e sociedades complexas: etnocentrismo e relativismo. Sociedades sem estado. Antropologia jurídica: contribuições da antropologia no campo jurídico e administrativo. Pluralismo jurídico, diversidade (alteridade) e multiculturalismo.

Bibliografia básica:

- BOAS, Franz (2005). *Antropologia cultural*. 2ª edição. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- CLASTRES, Pierre (2003). O arco e o cesto. In: *A SOCIEDADE CONTRA O ESTADO – pesquisas em antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify, s.d.
- DA MATTA, Roberto (1990). Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro, Rocco, pp. 58-85.
- MEAD, Margaret (2000). *Sexo e temperamento*. São Paulo: Perspectiva. s.d.
- ROCHA, Everardo (1996). *Jogo de Espelhos: ensaios de cultura brasileira*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Mauad.

Bibliografia complementar:

- ADORNO, Sérgio (1995). Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. In: *Novos Estudos Cebrap*, n.43, novembro de 1995.
- CORRÊA, Mariza (1981). *Os crimes da paixão*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (s/d). Imagens de Índios do Brasil: O Século XVI. In: *Estudos Avançados* 4(10), pp.91-110.

- DA MATTA, Roberto (1990). Antropologias e antropologia; o social e o cultural. *In: Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro, Rocco, pp. 27-34; 47-57.
- DA SILVEIRA, Domingos Sávio Dresch (2004). Novos personagens entram em cena ... Afinal: a máquina judiciária gera mais violência? *In: ANTRPOLOGIA, DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS. Diálogos Interdisciplinares*. Organizadores: Cláudia Fonseca; Veriano Terto Jr e Caleb Farias Alves. Porto Alegre: Editora da UFRGS, pp. 133-142.
- FONSECA, Cláudia (2004a). Os direitos da criança – dialogando com o ECA. *In: ANTRPOLOGIA, DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS. Diálogos Interdisciplinares*. Organizadores: Cláudia Fonseca; Veriano Terto Jr e Caleb Farias Alves. Porto Alegre: Editora da UFRGS, pp.103-116.
- GREGORI, Maria Filomena (1993). *Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LARAIA, Roque de Barros (2001). *Cultura: um conceito antropológico*. 14ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- MALINOWSKI, Bronislaw (1978 [1922]). *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Editora Abril.
- SANTOS, BOAVENTURA SOUZA (1996). *PELA MÃO DE ALICE. O social eo político na pós-modernidade*. 2ª edição. São Paulo: Editora Cortez.
- SOARES, Luiz Eduardo et al. (2007). *Elite da Tropa*. São Paulo: Objetiva.
- ZALUAR, Alba (1994). *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Revan.

TÓPICOS EM LEGISLAÇÕES ESPECIAIS I: Assuntos relevantes de direito material ou processual, atualizados com a realidade do momento nacional em que for oferecida a disciplina, e que estejam a exigir uma reflexão concentrada. **Bibliografia a ser definida quando do oferecimento**

TÓPICOS EM LEGISLAÇÕES ESPECIAIS II: Assuntos relevantes de direito material ou processual, atualizados com a realidade do momento nacional em que for oferecida a disciplina, e que estejam a exigir uma reflexão concentrada. **Bibliografia a ser definida quando do oferecimento**

TÓPICOS EM LEGISLAÇÕES ESPECIAIS III: Assuntos relevantes de direito material ou processual, atualizados com a realidade do momento nacional em que for oferecida a disciplina, e que estejam a exigir uma reflexão concentrada. **Bibliografia a ser definida quando do oferecimento**

TÓPICOS EM LEGISLAÇÕES ESPECIAIS IV: Assuntos relevantes de direito material ou processual, atualizados com a realidade do momento nacional em que for oferecida a disciplina, e que estejam a exigir uma reflexão concentrada. **Bibliografia a ser definida quando do oferecimento**

TÓPICOS EM LEGISLAÇÕES ESPECIAIS V: Assuntos relevantes de direito material ou processual, atualizados com a realidade do momento nacional em que for oferecida a disciplina, e que estejam a exigir uma reflexão concentrada. **Bibliografia a ser definida quando do oferecimento**

VII. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

VII.1 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

VII.1.1 Perspectiva institucional

O processo de verificação da aprendizagem do Curso deverá estar voltado para o

estímulo à investigação, sistematização e produção do conhecimento jurídico e solução de problemas, através da leitura de textos recomendados, pesquisas, seminários, entre outros. Em síntese, a avaliação deverá contemplar a correlação do tripé “extensão, pesquisa e ensino”.

A verificação do rendimento acadêmico compreende a frequência e o aproveitamento através da Média Final (MF), resultante da Média de Aproveitamento (MA) calculada pelas notas de provas e trabalhos, bem como notas de Avaliação Substitutiva e Exame Final, se necessário e no que couber, nos termos do Regulamento Geral da UFGD. O aproveitamento nos estudos é verificado, em cada disciplina, pelo desempenho do aluno, face aos objetivos propostos no Plano de Ensino.

A avaliação do rendimento acadêmico é feita por disciplina, durante cada período letivo, e abrange o aproveitamento e a frequência obtidos pelo aluno nos trabalhos acadêmicos: provas escritas, provas orais, trabalhos práticos, estágios, seminários, debates, pesquisas e outros exigidos pelo docente responsável pela disciplina, conforme programação prevista no respectivo Plano de Ensino aprovado.

Em princípio, o número de trabalhos acadêmicos deve ser o mesmo para todos os alunos matriculados na disciplina. Entretanto, caberá ao professor – dentro do que é sensato, justo e razoável - encontrar meios para auxiliar os alunos inseridos em situações particulares e diferenciadas, tais como: alunos portadores de necessidades especiais, alunos em situação de graves dificuldades de aprendizagem, alunos em perigo de jubilação e desligamento do curso, bem como os alunos inseridos em situações extraordinárias, não- previstas, de problemas de saúde e de graves dificuldades socioeconômicas e/ou serviços à pátria.

Em cada disciplina a programação deve prever, no mínimo, duas avaliações escritas por semestre e uma avaliação substitutiva. As notas parciais e do Exame Final, este se aplicado, devem ser lançadas no Diário de Classe.

Para cada disciplina cursada o professor deve consignar ao aluno graus numéricos de 0,0 (zero vírgula zero) a 10 (dez), computados com aproximação até décimo, desprezadas as frações inferiores a 0,05 (zero vírgula zero cinco) e arredondadas, para 0,1 (zero vírgula um), as frações iguais ou superiores a 0,05 (zero vírgula zero cinco), que compõem a Média de Aproveitamento (MA) dos trabalhos acadêmicos e a do Exame Final (EF).

Para ser aprovado na disciplina, o aluno deve obter frequência igual ou superior a 75,0% e Média de Aproveitamento (MA) igual ou superior a 6 (seis), devendo constar, obrigatoriamente, de uma prova escrita, podendo ser complementada, a critério do professor, por provas prática e/ou oral.

O aluno que, submetido ao EF por ter obtido média mínima de 4 (quatro) ao longo

do semestre, e obtiver a Nota Final (MF) igual ou superior a 6 (seis) é considerado aprovado. O Exame Final (EF) de cada disciplina deve ser realizado de acordo com o Calendário Letivo previsto para o curso.

Ao aluno que deixar de fazer os trabalhos acadêmicos ou deixar de comparecer às provas e trabalhos e exames parciais e final deve ser atribuída a nota 0 (zero) a cada atividade.

O número, a forma, as alternativas e as modalidades de trabalhos acadêmicos são fixadas pelo professor em seu Plano de Ensino, aprovado pelo Colegiado de Curso e divulgado aos alunos no início de cada período letivo.

O professor deve divulgar aos acadêmicos as notas das provas, trabalhos acadêmicos e Exame Final (EF) em locais previamente definidos e respeitando os prazos previstos em legislações internas da FADIR e da UFGD. O prazo máximo para encaminhamento das notas de Exame Final (EF) para a Secretaria Acadêmica é o estabelecido no calendário acadêmico aprovado pelas instâncias superiores da Universidade.

VII.1.2 Sistema de auto avaliação do curso

Para incrementar e auxiliar a sistemática de avaliação da instituição, a Coordenação do Curso do Curso de Direito realizará periodicamente uma autoavaliação do curso, através de questionários direcionados aos acadêmicos, professores e outros instrumentos de avaliação, objetivando avaliar eficiência, satisfação e auto-realização dos envolvidos no curso para, se necessário, propor mudanças no mesmo.

Será efetuado, também, um acompanhamento dos egressos para observar, dentre outros aspectos, o desempenho profissional de cada um.

VII.1.3 Atendimento dos discentes e relação docentes e discentes

Com o objetivo de assegurar a formação aos moldes do retro-exposto, isto é, tornar o discente egresso deste Curso apto às reflexões e aos posicionamentos críticos, os docentes da FADIR, incluindo a Coordenação do Curso, manterão horários previamente elaborados e publicizados aos discentes, visando seus atendimentos. Trata-se de acompanhamento realizado pelo docente, paralelamente à própria avaliação do discente e do próprio curso. Assim, os docentes da FADIR assumem o compromisso de acompanhar os diversos momentos da prática pedagógica, não se limitando aos resultados da produção de cada disciplina, inserindo contribuições, reflexões e sugestões, sempre que oportuno, e convocando, sempre que necessária, a ampla participação dos envolvidos no processo,

inclusive os parceiros conveniados. Quanto aos parceiros conveniados no item destinado ao Estágio Supervisionado maiores esclarecimentos serão tecidos.

VII.1.4 Participação do corpo discente na avaliação do curso

Conforme tem sido a praxe na estrutura dos órgãos deliberativos da UFGD é assegurada a participação dos discentes nos órgãos colegiados responsáveis pela avaliação do curso de graduação.

VIII. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO GRADUAÇÃO

A matriz curricular delineada para o Curso de Direito permite a integração entre teoria e prática, de forma que o acadêmico reconheça a importância dos conhecimentos teóricos e perceba a sua aplicação prática. Para tanto, deve-se ultrapassar a visão reducionista a partir da qual os conteúdos não se comunicam e se mostram desconectados da realidade.

Diante disso, no desenvolvimento do conteúdo das disciplinas serão utilizadas metodologias privilegiando-se os estudos de casos, análise de jurisprudências, isto é, a reflexão de situações sociais que demandam o diálogo do Direito com outros conhecimentos.

Dentre os meios de operacionalizar a integração entre teoria e prática se encontram a adoção de linhas de pesquisa que orientem e direcionem a investigação para a busca de respostas a questões do cotidiano; a realização do Trabalho de Conclusão de Curso e a possibilidade do discente da UFGD participar de atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pelos docentes.

VIII.1. Prática Jurídica (sob a forma de Estágio Supervisionado)

A Prática Jurídica sob a forma de Estágio Supervisionado constitui-se num lócus privilegiado, onde a aproximação entre teoria e prática vai experimentar um aprofundamento, em especial no que diz respeito às especificidades da região do Mato Grosso do Sul.

O estágio e a formação prática dos alunos terão lugar a partir do 7º semestre, com atividades voltadas à prática simulada.

A ênfase do curso, no que tange à formação prática, segue a linha pedagógica que é típica das universidades públicas e não se resume ao mero assistencialismo, mas à possibilidade do discente aproximar a teoria da prática nas relações mantidas no NPAJ (Núcleo de Prática e Assistência Jurídica) com sujeitos dificultados em seus acessos à justiça.

Neste sentido, o NPAJ da FADIR/UFGD priorizará o acompanhamento dos discentes desde seus primeiros contatos com demandas cíveis, penais, trabalhistas e administrativas, até a feitura de documentos jurídicos que compõem situações reais e/ou simuladas.

Assim, fica afastada, desde já, a idéia do “praticismo” e do “pragmatismo” segundo a qual a verdadeira formação do bacharel em direito se dá em imensos Núcleos de Prática, onde alunos atarefados atendem a filas intermináveis de cidadãos e se desdobram para atuar em centenas de processos que tramitam no fórum. Essa ideia pode ter suas vantagens e seus méritos, mas não tem cabimento no projeto de curso de direito que se pretende edificar.

Nesta linha de raciocínio, a parte prática do estágio – em que o aluno entrará em contato com situações reais – só será oferecida após um aprendizado no laboratório jurídico, onde o aluno, no próprio NPAJ e/ou em sala de aula, manuseará situações fictícias e processos simulados. Em meio a esse exercício “simulado” será solicitado ao aluno que elabore peças e construa argumentações, aprendendo a se locomover na teia argumentativa do processo e a raciocinar sobre os fatos na perspectiva da lógica jurídica, aprendendo a pensar juridicamente e a aplicar os conceitos do discurso jurídico aos fatos da vida social. E mais: não se trata apenas de aplicar os conceitos do discurso jurídico aos fatos da vida social, mas também de perceber que há, por vezes, outras formas de mediação e de resolução de conflitos que não se resumem às portas do Poder Judiciário Contencioso. Eis um dos objetivos dos projetos desenvolvidos pela coordenação da FADIR, desde 2009, junto às aldeias indígenas da Grande Dourados, bem como, junto ao próprio NPAJ.

Cumprido ressaltar que as atividades de estágio serão regidas por regras específicas. Ou seja, o Estágio Supervisionado será regido por regulamento próprio.

Por fim, cabe ressaltar que será permitido ao discente teorizar a prática junto ao NPAJ, bem como será possível ao acadêmico a realizar de estágios não obrigatório junto a instituições da administração pública e de escritórios de advocacia conveniados.

VIII.2 Atividades complementares

A conexão entre teoria e prática será estimulada, também, a partir da realização das Atividades Complementares, dos projetos de extensão e de pesquisa.

Neste item assegura-se a participação dos alunos em atividades acadêmicas, científicas e culturais, tais como: congressos, simpósios, seminários, palestras, cursos, organização de eventos de extensão, projetos de pesquisa, de ensino, monitoria, assessoramento aos docentes, entre outras tarefas. Estas atividades deverão ser voltadas para o conhecimento das dimensões técnicas e teóricas do Direito, bem como, de seus vínculos com as esferas teóricas e práticas de outros conhecimentos humanísticos.

Cada aluno deverá desenvolver 288 (duzentos e oitenta e oito) horas-aula de atividades complementares para integralizar a estrutura curricular do curso de graduação.

As atividades complementares serão regidas por regulamento próprio, face em especial às especificidades das atividades complementares voltadas ao ensino, bem como, àquelas voltadas à pesquisa e à extensão.

VIII.3 Trabalho de Conclusão de Curso

Objetivando a articulação das atividades acadêmicas da iniciação científica, Trabalho de Conclusão de Curso ao ensino de graduação, foram estabelecidas linhas de pesquisa capazes de vincular a atuação docente e discente, dentre elas:

- Acesso à Justiça, Direitos Humanos e Diversidade Cultural.
- Direito, Estado e Sociedade.

O Trabalho de Conclusão de Curso (I e II), disciplina obrigatória da Matriz Curricular do Curso de Direito, será regida por regulamento próprio.

VIII.4 Participação do corpo discente nas atividades acadêmicas

Os acadêmicos do Curso de Direito participam das atividades acadêmicas: (a) através de seus representantes nos órgãos colegiados, (b) através de monitorias de ensino; (c) pela proposição e coordenação de projetos de extensão; (d) em projetos de ensino ao qual estão vinculados como monitores; (e) pela participação em projetos de pesquisa e em atividades de iniciação científica; (f) em atividades, eventos e cursos, voltados à teoria e à prática do direito, que serão aproveitados como carga horária das Atividades Complementares, conforme regulamentopróprio.

IX. CORPO DOCENTE EFETIVO DO CURSO DE DIREITO

Professor/a	Titulação	Lattes
Adilson Josemar Puhl	Mestrado	http://lattes.cnpq.br/3945744405778267
Alaerte Antonio Martelli Contini	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/1466991094261196
Alisson Henrique do Prado Farinelli	Mestrado	http://lattes.cnpq.br/2371904894204713
Antonio Zeferino da Silva Junior	Mestrado	http://lattes.cnpq.br/4680552881273489
Arthur Ramos dos Nascimento	Mestrado	http://lattes.cnpq.br/1703887235949215
Cesar Augusto Silva da Silva	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/2181377906842026
Douglas Policarpo	Mestrado	http://lattes.cnpq.br/4331316213054804

Everton Gomes Correa	Mestrado	http://lattes.cnpq.br/9739765695320939
Gassen Zaki Gebara	Mestrado	http://lattes.cnpq.br/4407379899661577
Gustavo de Souza Preussler	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/7966792380099410
Hassan Hajj	Mestrado	http://lattes.cnpq.br/9205086440037949
James Gallinati Heim	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/7639449668508353
José Carlos Barbosa	Mestrado	http://lattes.cnpq.br/8959429980620887
Simone Becker	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/8867396183360059
Tiago Resende Botelho	Mestrado	http://lattes.cnpq.br/5916454244098502
Verônica Maria Bezerra Guimarrães	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/9416295955715042

X. DAS BIBLIOTECAS DA UNIDADE I e II

Dentre os programas de expansão da UFGD destacamos a ampliação das dependências das bibliotecas, incluindo a melhoria do espaço físico, bem como, a aquisição de livros e demais materiais imprescindíveis para os discentes e seus processos de aprendizagem.

Neste sentido, há que se destacar que tanto as bibliotecas, com seus acervos, quanto a utilização dos laboratórios de informática e as salas audiovisuais, caracterizam-se como meios através dos quais os alunos entram em contato com os materiais bibliográficos obrigatórios e complementares, constantes nos planos de ensino elaborados pelos docentes. Em outras palavras, através das pesquisas virtuais, os alunos poderão visualizar artigos científicos de periódicos certificados pela CAPES em plataformas dessa instituição e/ou de outras, como no site do SCIELO. Atividades essas, que complementam seus percursos na Universidade.

XI. INCORPORAÇÃO DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

A UFGD, nas unidades I e II, dispõe de equipamentos e materiais que possibilitam ao aluno a aprendizagem de utilização das tecnologias a favor do processo ensino-aprendizagem, tais como:

- Laboratório de informática com computadores interligados em rede e conectados à Internet, no qual os alunos têm acesso não só para as aulas específicas de

disciplinas que exigem a utilização deste local, mas também para a realização de trabalhos *online*, em ambiente virtual de aprendizagem e pesquisa.

- Sala de audiovisuais com um televisor de 24", videocassete, retroprojeter e projetor de imagens.
- Auditórios equipados com aparelho de som, microfone, telão, TV, videocassete e projeto de imagens, para a realização de palestras e conferências, bem como para atividades artístico-culturais (um na unidade I e outro na unidade II).

XII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do presente projeto envolveu a Coordenação do curso e a Direção do FADIR, bem como, se fez possível pelo comprometimento do corpo docente, técnicos administrativos e corpo discente.

O objetivo é o de garantir a avaliação periódica da ação planejada no projeto inicial de criação do curso, que é a ação de formar bacharéis em Direito comprometidos com a causa pública.

Embora o conjunto das ações aqui propostas represente, o mais possível, a vontade do conjunto de professores, alunos e técnicos, o Projeto deve ser visto como um processo sempre inconcluso; portanto, suscetível às mudanças necessárias durante sua concretização. Caso contrário, não seria resultado da relação dialógica mantida cotidianamente pelos discentes e servidores da UFGD.

ANEXO I – SUGESTÃO DE ORDENACÃO DA MATRIZ CURRICULAR

1 SEM	2 SEM	3 SEM	4 SEM	5 SEM	6 SEM	7 SEM	8 SEM	9 SEM	10 SEM
Eixo REUNI	Eixo REUNI	Direito Civil III	Direito Civil IV	Direito Civil V	Direito Civil VI	Direito Civil VII	Direito Civil VIII	Direito Ambiental	Processo Constitucional
Direito Civil I	Direito Civil II	Teoria da Constituição	Direito Processual Civil I	Direito Processual Civil II	Direito Processual Civil III	Direito Processual Civil IV	Direito Processual Civil V	Direito Processual Civil VI	Direito Internacional Privado
Teoria do Estado e Ciência Política	Economia Política	Direito Administrativo I	Direito Administrativo II	Direito Processual Penal I	Direito Processual Penal II	Direito Processual Penal III	Direito Empresarial I	Direito Empresarial II	Direito Tributário II
História e Introdução ao Estudo do Direito	Filosofia Geral	Direito Penal I	Direito Penal II	Direito Penal III	Direito Penal IV	Direito Processual do Trabalho	Ética Profissional	Direito Internacional Público	Prática Jurídica Real II
Eletiva 01	Direitos Humanos e Fronteiras	Sociologia Jurídica e Antropologia	Direito Constitucional I	Direito Constitucional II	Direito do Trabalho II	Prática Jurídica Simulada I	Prática Jurídica Simulada II	Direito Tributário I	Eletiva 05
Eletiva 02	Metodologia da Pesquisa	Eletiva 03	Criminologia e Teorias da Personalidade	Direito do Trabalho I	Eletiva 04	TCC I	TCC II	Prática Jurídica Real I	